

Relatório Anual 2023



ÍNDICE

Introdução.....	11
Ambiente Socioeconómico, Político e Desafios	12
Plano Anual de Acção.....	13
Pilar Estratégico I-Desenvolvimento Comunitário	
Acesso à Energia.....	16
Acesso à Educação e Retenção Escolar.....	18
Prevenção do HIV.....	20
Violência Baseada no Género.....	21
Prevenção e Combate a Uniões Prematuras.....	22
População Chave.....	24
Prevenção da Malária.....	28
Empoderamento Económico das Raparigas, Adolescentes e Mulheres	
Jovens.....	34
Saúde Mental.....	38
Protecção à Criança e Apoio Psicossocial.....	40
Programa Barriga Saudável.....	42
Programa + Água.....	45
Programa de Melhoria da Rede de Infraestruturas Rurais.....	48
Programa Habitação Condigna.....	49
Resposta a Emergência em Cabo Delgado.....	50
Movimento Mulher e Paz.....	51
Pilar estratégico II - Advocacia para a Equidade e Justiça Social	
Agendas e Causas Nacionais: Alocação Justa e Transparente	
de Recursos para os Sectores Sociais.....	53
Dívidas Ocultas, Dívida Pública e Investimento nos Sectores Sociais..	54
Lei sobre o Fundo Soberano.....	55
Lei Sobre Organizações Sem Fins-Lucrativos.....	56
Pilar III - Desenvolvimento Organizacional	
Skills Audit, Gender Audit e Política de Género.....	57
PILAR IV – Geração e Mobilização de Recursos	
Principais Realizações.....	60
Relatório Financeiro.....	61
Balanço do Plano Anual.....	62
Considerações Finais.....	64
Parceiros em 2023.....	65



INTRODUÇÃO.....	11	
PLANO ANUAL DE ACÇÃO.....	13	
BALANÇO DO PLANO ANUAL.....	10	
PILAR ESTRATÉGICO I-DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
ACESSO À ENERGIA.....	16	
ACESSO A EDUCAÇÃO E RETENÇÃO ESCOLAR.....	18	
PREVENÇÃO DO HIV.....	20	
VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO.....	21	
PREVENÇÃO E COMBATE À UNIÕES PREMATURAS.....	22	
POPULAÇÃO CHAVE.....	24	
PREVENÇÃO DA MALÁRIA.....	28	
EMPODERAMENTO ECONÓMICO DAS RAPARIGAS, ADOLESCENTES E MULHERES JOVENS.....	34	
SAÚDE MENTAL.....	38	
PROTECÇÃO À CRIANÇA E APOIO PSICOSSOCIAL.....	40	
PROGRAMA BARRIGA SAUDÁVEL.....	42	
PROGRAMA + ÁGUA.....	45	
PROGRAMA DE MELHORIA DA REDE DE INFRAESTRUTURAS RURAIS.....	48	
PROGRAMA HABITAÇÃO CONDIGNA.....	49	
RESPOSTA A EMERGÊNCIA EM CABO DELGADO.....	50	
MOVIMENTO MULHER E PAZ.....	51	
PILAR ESTRATÉGICO II - ADVOCACIA PARA A EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL AGENDAS E CAUSAS NACIONAIS: ALOCAÇÃO JUSTA E TRANSPARENTE DE RECURSOS PARA OS SECTORES SOCIAIS.....		53
DÍVIDAS OCULTAS, DÍVIDA PÚBLICA E INVESTIMENTO NOS SECTORES SOCIAIS.....	54	
LEI SOBRE O FUNDO SOBERANO.....	55	
LEI SOBRE ORGANIZAÇÕES SEM FINS-LUCRATIVOS.....	56	
PILAR III - DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL		
SKILLS AUDIT, GENDER AUDIT E POLÍTICA DE GÉNERO.....	57	
PILAR IV - GERAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS		
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	60	
RELATÓRIO FINANCEIRO.....	61	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64	
PARCEIROS EM 2023.....	65	



ACRÓNIMOS

ACCORD

African Centre for Constructive Resolution of Disputes

AECID

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

ATSC

Aconselhamento e Testagem na Comunidade

AP

Assembleia Provincial

APE

Agente Polivalente Elementar

APS

Agente Polivalente de Saúde

AR

Assembleia da República

BMGF

Bill & Melinda Gates Foundation

CAAC

Criança afectada por Conflitos Armados

CAFAG

Criança Associadas a Grupos Armados

CCPCs

Comités Comunitários de Protecção à Criança

CFPV

Centro de Formação Profissional de Vilanculos

CNE

Comissão Nacional de Eleições

CPO

Comissão do Plano e Orçamento

DAMR

Direcção de Advocacia e Mobilização de Recursos

DDC

Direcção de Desenvolvimento Comunitário

DGA

Direcção da Gestão de Activos

EDM

Electricidade de Moçambique

FASER

Fundo de Acesso Sustentável a Energias Renováveis

FAFT-GAFI

Financial Task Force

FDC

Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

FMI

Fundo Monetário Internacional

FMO

Fórum de Monitoria do Orçamento

FSM

Fundo Soberano de Moçambique

FUNAE

Fundo Nacional de Acesso à Energia

GIZ

Agência Alemã de Cooperação Internacional

GNL

Gás liquefeito

HIV

Vírus da Imunodeficiência Humana

HSH

Homens que fazem Sexo com Homens

IFPELAC

Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo

IIAM

Instituto de Investigação Agrária de Moçambique



ICRH	Centro Internacional para a Saúde Reprodutiva
IMD	Instituto para Democracia Multipartidária
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITS	Infecção de Transmissão Sexual
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MISAU	Ministério da Saúde
MMP	Movimento da Mulher e Paz
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
OCBs	Organizações de Base Comunitária
OMS	Organização Mundial da Saúde
PID	Pessoas que usam Droga Injectável
PCR	Poupança e Crédito Rotativo
PNCM	Programa Nacional de Controlo da Malária
PNC HIV	Programa Nacional de Combate ao HIV
PESOE	Plano Económico Social e Orçamento do Estado
PG	Programa Global
PO	Plano Orçamental
PO_OGDP	Plano e Orçamento do Órgão de Governação Descentralizada Provincial
PPE	Profilaxia Pós-Exposição
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PrEP	Profilaxia Pré-exposição
PSEA/PEAS	Prevenção de exploração e abuso sexual
RENAC	Renewables Academy
REPSSI	Rede regional de organizações de apoio psicossocial
RESINA	Resiliência Integrada na Nutrição e Agricultura
SAAJ	Serviços amigáveis para adolescentes e jovens
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

**SDSMAS**

Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social

SDSR

Saúde de Direito Sexual e Reprodutiva

SERNIC

Serviço Nacional de Investigação Criminal

SSR

Saúde Sexual e Reprodutiva

STAE

Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

STAP

Secretariado Técnico da Assembleia Provincial

TARV

Tratamento Anti-Retroviral

TS

Trabalhadora de Sexo

UD

Usuários de Droga

UNICEF

Fundo das Nações Unidas para a Infância

UP

Uniões Prematuras

VBG

Violência baseada no Género



ORGÃOS SOCIAIS

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Graça Machel

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Abdul Carimo Mahomed Issá, Arnaldo Lopes Pereira, D. Dinis Sengulane, Diogo Milagre, Paula Boca, Fidélia Chemane, Estevão Mabjaia e Ivan Machava

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Tomás Vieira Mário, Benilde Nhalivilo e Laila Kiletha

ADMINISTRADOR-DELEGADO

Diogo Milagre

MEMBROS DA DIRECÇÃO EXECUTIVA

Diogo Milagre, Adelino Xerinda, Hernani Sevene, Ivandro Siteo, Joaquim Oliveira e Nascimento Nhamtumbo

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

FDC - Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
Av. 25 de Setembro, Edifício Time Square, Bloco 2,
nr: 270 CP: 4206 - Maputo - Moçambique

COPYRIGHT © 2023 FDC TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Nome: Relatório Anual de Actividades 2023 - FDC

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Laque Francisco e Kátia Mussá

COLABORAÇÃO

Oficiais Sêniores da FDC

REVISÃO

Diogo Milagre e Joaquim Oliveira

FOTOGRAFIA

FDC

PROJECTO GRÁFICO

Ângelo Macuácuá e Laque Francisco

Os pedidos de reprodução de excertos ou de fotocópia desta publicação devem ser dirigidos a: info@fdc.org.mz

SOBRE NÓS



VALORES

Respeito pela pessoa humana
Solidariedade
Justiça Social
Iniciativa
Trabalho
Honestidade



VISÃO

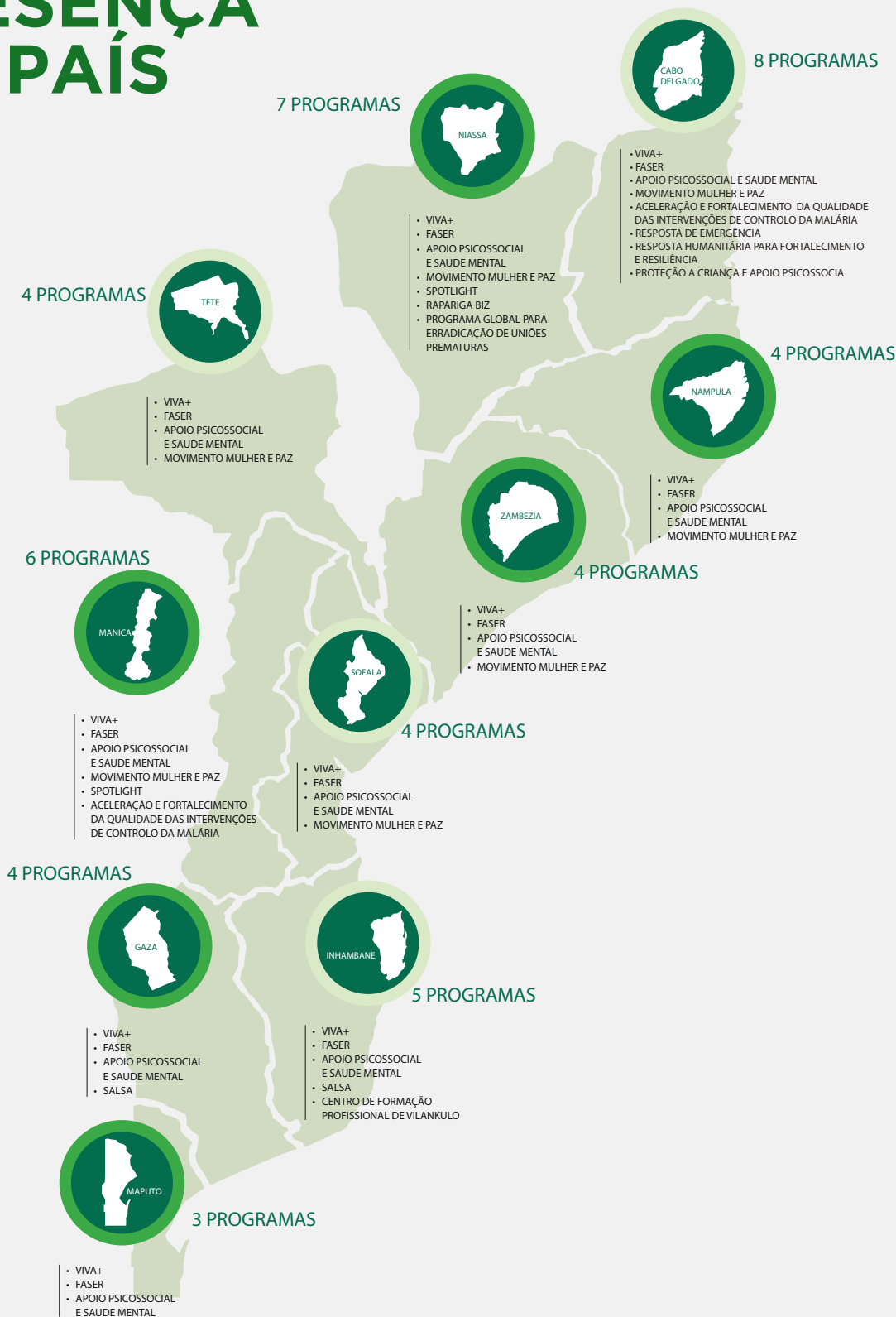
Edificação de comunidades moçambicanas capazes de liderar processos de desenvolvimento local, promover diálogos e parcerias com o governo, sociedade civil e sector privado bem como a instituição de mecanismos participativos de tomada de decisão, reforçando em particular o papel das mulheres e jovens.



MISSÃO

Fortalecer as capacidades das comunidades desfavorecidas com o objectivo de vencer a pobreza e promover a justiça social

A NOSSA PRESENÇA NO PAÍS





INTRODUÇÃO

O presente relatório veicula as actividades ocorridas ao longo do ano 2023 vinculadas no Plano Anual da FDC, espelhando o seu progresso e o grau de realizações tendo em conta os indicadores internos e, onde aplicável, o seu cruzamento com os indicadores sectoriais nacionais dos programas do Governo. Com efeito, iniciamos o ano de 2023 expectantes e com desafios enormes diante de nós: por um lado, a subvenção do Fundo Global 2021-2023, na qual – com o grande objectivo internacional da erradicação do HIV até ao ano 2030 – temos responsabilidades acrescidas na prevenção do HIV e SIDA no país através do nosso VIVA+, marca o seu término. Um exame introspectivo sobre as realizações e os efeitos traduzidos nos índices das infecções assumia-se um imperativo. Até porque era indispensável fazê-lo para informar o desenho da nova subvenção 2024-26. Por outro lado, o início da implementação das intervenções no terreno na componente de desenvolvimento comunitário surgia como um desafio para a recém-(re)estabelecida Direcção de Desenvolvimento Comunitário ao nível da nossa Fundação, vindo a sedimentar os marcos referenciais do nosso corebusiness, como entidade que aposta no fortalecimento das capacidades das comunidades desfavorecidas, com o objectivo de vencer a pobreza e promover a justiça social em Moçambique.



AMBIENTE SOCIOECONÓMICO, POLÍTICO E DESAFIOS

Num contexto de adversidades económicas globais decorrentes do aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos, o ano de 2023 transcorreu dentro de um quadro social e político de desafios, com os indicadores macroeconómicos apontando para uma previsão de crescimento da economia nacional em ascensão, na ordem de 5% dos anteriores 4,2% de 2022 (INE, PESOE-2022) traduzindo-se num dos maiores crescimentos dos países da região da SADC e, de certo modo, à escala global.

As relações com o FMI continuaram a demonstrar um quadro salutar e de harmonia, o que traduziu a abertura para a disponibilização de mais financiamento para o impulso económico nacional. É útil registar que esta relação havia conhecido contrariedades desde a altura em que a situação das dívidas não-declaradas se tornara conhecida e motivara a retirada do apoio dos parceiros internacionais ao Orçamento do Estado. Fora os preços dos “commodities” à escala global, outra adversidade com impactos negativos no quadro social e económico do país em 2023 foi a ocorrência de ciclones, entre eles o Freddy que conheceu metamorfoses e se refizera duas vezes ao país, afectando a costa, desde Inhambane a Zambézia, e compenetrando o interior até Tete, tendo reivindicado óbitos, agudizado a precariedade de vida das comunidades já afectadas, incluindo até a destruição de infraestruturas num contexto em que o país ensaiava a recuperação dos flagelos impostos pelos (anteriores) ciclones, cuja recorrência começa a ser de grande incidência no país classificado entre os 4 países do continente mais expostos e vulneráveis a estas intempéries. A rede viária nacional que há muito não beneficia de reabilitação evoluiu para um estágio deplorável, com troços longos em condições de transitabilidade de risco, o que tem desincentivado o trânsito comercial pela rodovia, dos centros de produção geralmente no hinterland para as zonas de consumo muitas das quais se situam ao nível do litoral.

O desemprego, sobretudo entre jovens (muitos dos quais graduados das universidades e institutos superiores) continuou a constituir um desafio delicado para a governação. O Banco Mundial num dos seus comunicados fazia alusão ao facto de cada ano entrarem para o mercado de trabalho cerca de um milhão e meio de graduados, instando o país a redimensionar esforços para a geração de novos e melhores empregos. O desemprego da população jovem ganhou notoriedade sem igual que se traduziu na sua cada vez maior e pronta adesão a marchas e manifestações, algumas associadas à morte de artistas cujas vozes tradutoras do sentimento da maioria da população, espicaçavam e acutilavam a agenda da governação, fazendo eco às reivindicações de melhoria das condições de vida da população e conseqüente atenção à dramática situação em que os jovens se encontram que, com o seu desemprego, despoleta em cadeia uma série de necessidades sistémicas não atendidas – habitação, saúde, enquadramento social, entre outros.



A insurgência em Cabo Delgado manteve os seus ataques terroristas ainda que de forma esporádica e com o já habitual impacto devastador, deixando as populações numa situação de constante estresse, sem a tradicional actividade agrícola e pesqueira de forma regular, gerando bolsas de fome e agudizando os fluxos de migração interna, a dependência de apoios externos para a sobrevivência e sobretudo as demandas de assistência psicossocial. Enquanto isso, a sociedade civil debateu-se com o crescente afunilamento do espaço cívico, através de manifesta intolerância dos órgãos de governação à opinião adversa e sobretudo quando crítica do desempenho do executivo e dos órgãos de governação em geral, ou quando acutilante às políticas mais favoráveis às elites nacionais e menos voltadas a promover iniciativas de combate à pobreza ou criação de riqueza no tecido social desfavorecido. Marcando agenda, a revisão da lei das associações com tendências a uma intromissão perniciosa e controlo pelo Estado das iniciativas da sociedade civil agitou os ânimos dos actores, agudizando as desconfianças mútuas entre o primeiro e o terceiro sectores, traduzindo o ambiente adverso dentro do qual as acções de advocacia transcorreram no transacto ano.

O concerto de ideias e rastreio de agendas de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo no seio das organizações desencadeada por uma equipa representativa dos órgãos do governo central – Ministérios da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, da Economia e Finanças e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação - polarizou a suspeição que evoluiu enquanto esse processo decorria na relação entre as organizações da sociedade civil e os órgãos do Estado.

■ PLANO ANUAL DE ACÇÃO

Os cenários adversos acima descritos estabelecem o quadro contextual dentro do qual a Fundação estruturou e colocou em prática as suas acções em 2023. Assim, assumindo esse contexto com seriedade e dele informando e enformando as suas acções, o Plano de Acção do ano transcorreu seguindo a direcção estratégica plasmada no Plano Estratégico em curso nos quatro pilares que o compõem. Deles subjazem actividades implementadas nos 112 distritos que corporizam o raio de abrangência geográfica da FDC no universo de 154 distritos do país, nos domínios de Saúde Comunitária, Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos, incluindo Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, Empoderamento da Rapariga e da Mulher, Educação Profissional, Produção de Alimentos e Nutrição, Energias Renováveis, Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil e baseadas na comunidade, incluindo os seus líderes, bem como uma atenção particular à Emergência Humanitária em Cabo Delgado e Advocacia associada a Políticas Públicas, Boa Governação e Causas Sociais. Enquanto isso, também embarcamos em novos domínios de acção que vieram dar impulso a algumas áreas de capital importância no nosso desdobramento temático e operacional. São os casos das Conferências sobre Mulher e Energia e Mulher na Economia, bem como da validação pública da nossa contribuição estratégica para as abordagens sobre resiliência climática no país nos tempos que correm.



As conferências vieram demonstrar o potencial transformador qualitativo e quantitativo que tanto a energia ao serviço da mulher pode surtir, quanto a sua melhor inserção nos circuitos económicos para minimizar e combater as iniquidades de género e caminhar para uma verdadeira justiça social. Já a Estratégia de Resiliência Climática não só ditará uma nova configuração no nosso modus operandi com o tratamento desta temática como matéria transversal em todos os nossos programas, como também vem dar um contributo ao paradigma de actuação adoptada pelo país ao encarar os fenómenos climáticos, sugerindo-se um tratamento cada vez mais permanente e contínuo em desenvolvimento (preparedness) e menos episódico e de emergência.





REALIZAÇÕES POR PILAR DO PLANO ESTRATÉGICO DA FDC

Estruturado em torno dos pilares do Plano Estratégico 2016-2025, o presente relatório apresenta de forma pontual as diversas intervenções da FDC no decorrer de 2023. Em cada pilar, apresentam-se não só o contexto e os objectivos, mas também as áreas temáticas de intervenção, bem como as actividades principais realizadas em função das metas anuais, as mudanças verificadas e uma breve análise do desempenho em cada uma dessas intervenções. A concluir o relatório, são apresentadas considerações finais que interligam as realizações conseguidas no presente ano 2023, bem como as lições aprendidas com os grandes assuntos que polarizarão as nossas acções em 2024 e constantes do respectivo plano operacional.



O Ministério da Saúde (MISAU), em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), lançaram, em Agosto de 2023, a Campanha de Comunicação “Testa-lá - conhece o teu estado de HIV”, no âmbito do Aconselhamento e Testagem em Saúde (ATS). Em virtude dos resultados preliminares alcançados, a testagem para o HIV em 2023 registou 11. 723.062 pessoas que corresponde a 137% da meta anual estabelecida contra 11.107,217 (116%) do ano 2022.

PILAR ESTRATÉGICO I - DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Para a realização da sua missão, a FDC definiu o desenvolvimento comunitário como seu core-business, tendo para o efeito priorizado no seu plano estratégico 2016-2024 a segurança alimentar, nutrição, prevenção de doenças, formação técnico-profissional e promoção da economia familiar. As intervenções reportadas a seguir enquadram-se no Pilar I do Plano Estratégico cujo objectivo é o de “melhorar as condições económicas e de saúde das crianças, jovens e mulheres, tornando-as motoras do seu desenvolvimento através da criação de capacidades das OSCs, OCBs”.

■ Acesso à Energia

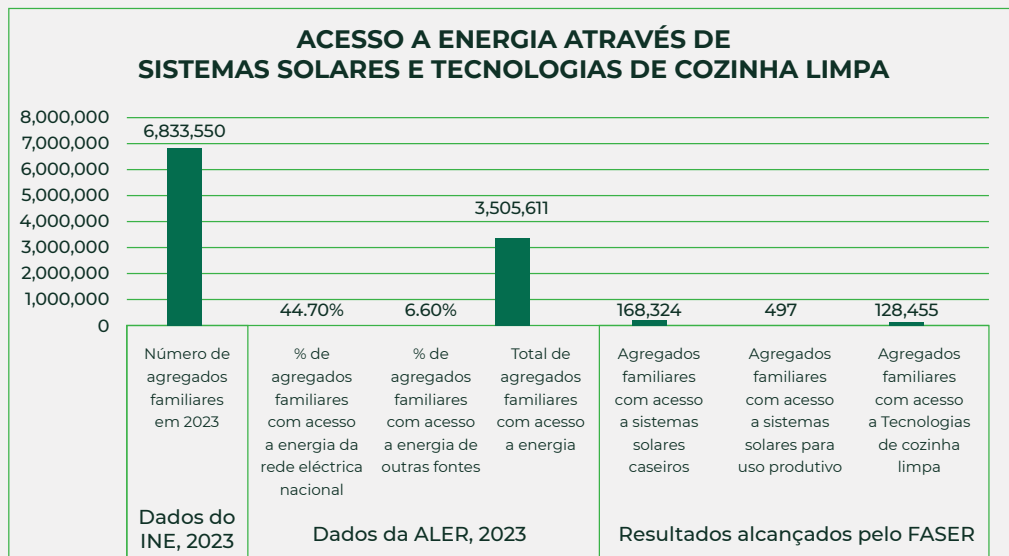
Moçambique está entre os 20 países com défice de acesso à electricidade e tecnologias de cozinha limpa. Em 2022, do total de 32.97 milhões de habitantes do país, 44% da população nacional (14.51 milhões) tinha acesso à energia eléctrica. Em 2023 a taxa de electrificação total subiu para 51,3%, dos quais 44,7% garantidos através da rede eléctrica e os restantes 6,6% por sistemas fora da rede (mini-redes e sistemas solares domésticos).

Na componente de acesso à energia, a FDC, em parceria com a GIZ, tem estado a implementar o projecto FASER desde 2019 com vista a disseminar tecnologias de cozinha limpa e sistemas solares para o uso produtivo, electrificação de centros de saúde e habitações através de tecnologias certificadas e de qualidade.





Em 2022, a FDC iniciou o processo de institucionalização das energias renováveis, através da introdução do módulo de energias renováveis no curso de electricidade básica noCF-PV (Centro de Formação Profissional de Vilankulos) e, em 2023, foi capacitado não só o formador, mas também foi equipado o laboratório de electricidade com material para aulas práticas sobre energia solar.



Centros de Saúde Rurais com Acesso a Sistemas Solares

Nossas Contribuições

Do total de 1348 centros de Saúde Rural existentes em Moçambique (Anuário estatístico de saúde 2020), parte dos quais electrificados por diversas fontes, centros estão electrificados com a contribuição da FDC através de sistemas solares autónomos.

21 EMPRESAS FINANCIADAS E COM MAIOR CAPACIDADE OPERACIONAL (INCENTIVO FLEXÍVEL)

- Total de 66 Contratos nas diferentes janelas
- Introdução de CovidPay & CovidPlus

- Tecnologias certificadas
- Melhorada a qualidade de vida
- Melhorada a fonte de

1,5M pessoas beneficiárias de sistemas solares domésticos e fogões melhorados

209 Centros de saúde rural Electrificados

- Aumento da capacidade de provisão de serviços adicionais por 24 horas
- Casa-mãe-espera com acesso a electricidade



■ Acesso à Educação e Retenção Escolar



■ *A Lei 18/2018 sobre o Sistema Nacional de Educação, estipula nove (9) classes para a escolaridade básica. Entretanto, no País prevalecem altas taxas de desistência escolar, sendo 7.3% para ensino primário e 4.6% para o ensino secundário, por várias razões, com destaque para uniões prematuras, gravidez precoce, limitações financeiras dos pais, práticas sociais e culturais prejudiciais particularmente para as raparigas, entre outras. Como resposta a este desafio, a FDC tem como intervenção o apoio com material básico escolar, educação e higiene menstrual para raparigas com maior risco de abandono. Relativamente a educação e higiene menstrual, a intervenção da FDC visa munir as raparigas de conhecimentos e desenvolvimento de soluções locais sustentáveis para a higiene e gestão menstrual, assim como facilitar sua participação nas actividades escolares.*

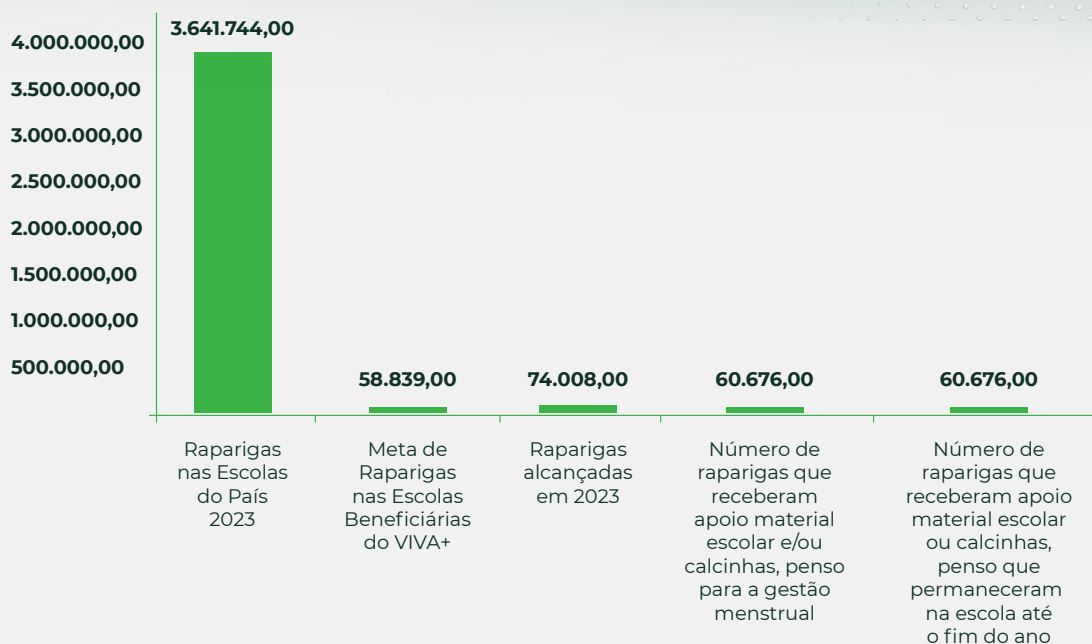


TESTEMUNHO

MUITAS COLEGAS PARAM DE VIR A ESCOLA QUANDO ESTÃO MENSTRUADAS PORQUE ACREDITAM NO MITO DE QUE QUANDO PASSAM POR CAMINHOS CRUZADOS O SANGUE SAI MUITO E SUJA O UNIFORME E QUE POR ISSO DEVEM FICAR ISOLADAS. HOJE NOS EXPLICARAM QUE ISSO NÃO É VERDADE E ENSINARAM COMO PODEMOS CUIDAR DA NOSSA HIGIENE PESSOAL QUANDO ESTIVERMOS NOS "NOSSOS DIAS" PARA NÃO PERDER AULAS E CONSEQUENTEMENTE NÃO PERDER O ANO LECTIVO



Isabel Mimião
Aluna da Escola Secundária da Manhica



A subvenção atingiu um número total de 74,008 raparigas da meta prevista (58,839). Das raparigas alcançadas, foi aplicada a taxa de desistência nacional (7%) para calcular a meta de raparigas a serem objecto de actividades de retenção escolar, resultando em 5180 Raparigas a serem beneficiadas. Os dados mostram que a meta de desistência escolar de 5181 raparigas foi superada em grande medida. Isto porque apesar de usarmos a taxa de desistência escolar do MINEDH (7%), para a provisão das calcinhas e dos materiais escolares também olhamos os critérios de vulnerabilidade das raparigas.

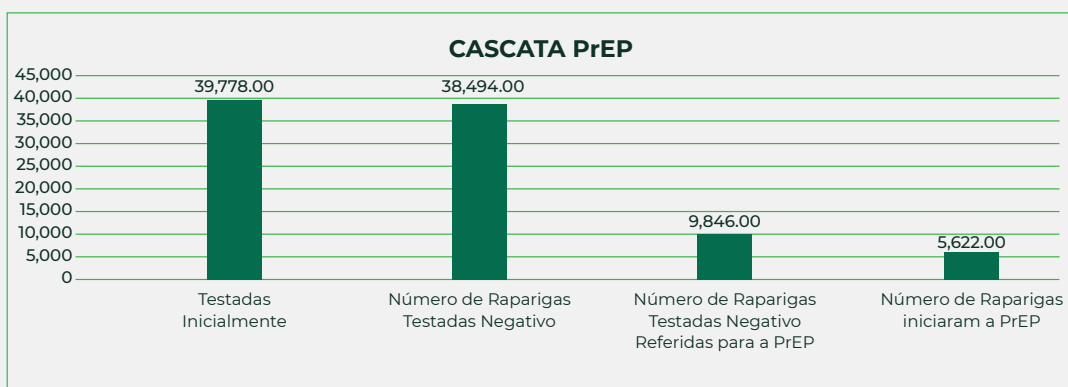
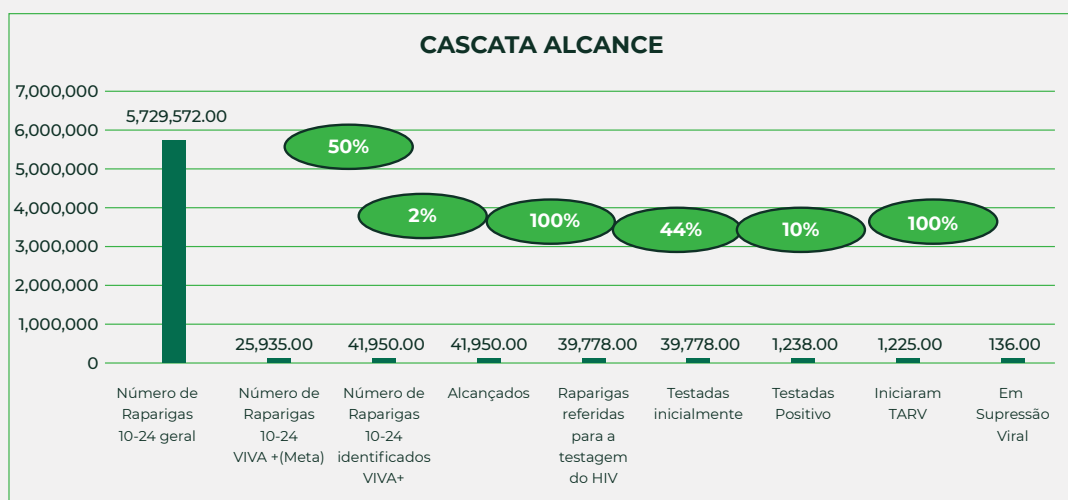
PREVENÇÃO DE HIV

Componente da Rapariga

A subvenção atingiu um número total de 41,950 raparigas fora da escola. Das 41,950 alcançadas foram referidas e inicialmente testadas 39,778. Um número total de 1,238 testaram positivo, com uma taxa de positividade de 3%. Das raparigas que testaram positivo 1, 225 foram ligadas aos cuidados, o que equivale a 99%.

Até à altura da elaboração do presente relatório, 136 raparigas haviam atingido a supressão viral.

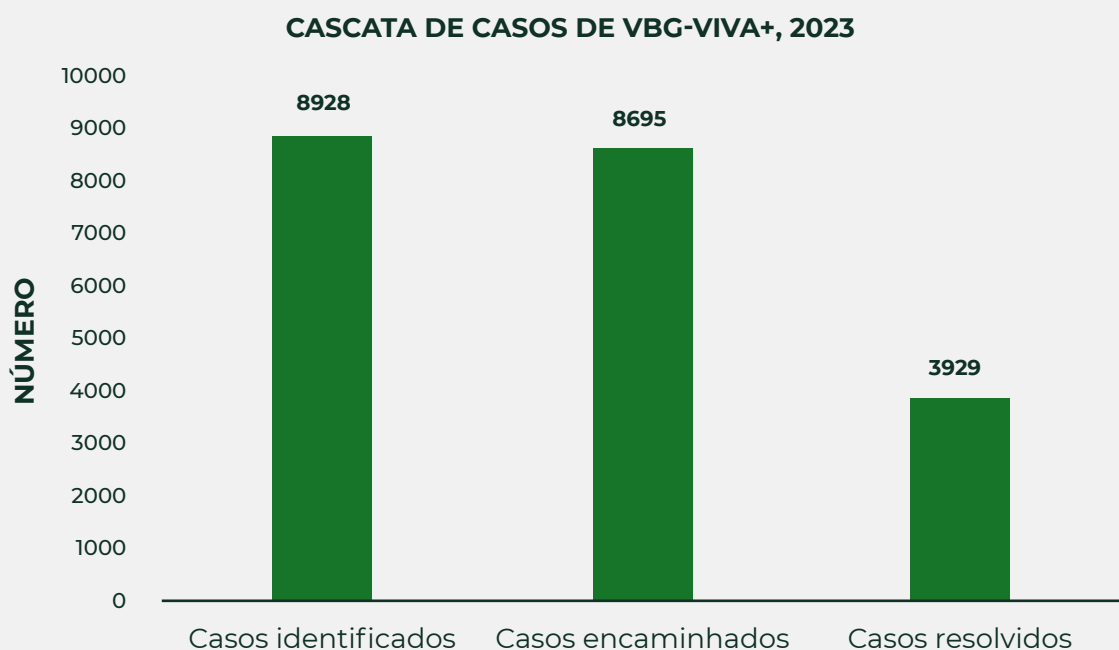
Das 39,778 raparigas testadas, 38,494 testaram negativo e destas 9,846 foram referidas para a PrEP e deste número 5,622 iniciaram PrEP.





■ Violência Baseada no Género

A violência contra mulheres e raparigas é uma das violações dos direitos humanos mais praticadas e persistentes do mundo na actualidade. Através de iniciativas como o Programa Global, Spotlight e Rapariga Biz em parceria com UNFPA e UNICEF, bem como a iniciativa de resposta à emergência em Cabo Delgado, a FDC tem desenvolvido intervenções concorrentes ao combate à violência baseada no género e que contribuem para a mudança dos indicadores demográficos descritos acima.



■ Análise de desempenho programático

Foram notificados 9106 casos de VBG para a faixa etária de 10 -24 anos. Destes, 418 casos relacionados com VBG foram identificados com apoio dos professores e assistentes escolares ao nível das escolas da nossa intervenção. No âmbito de resposta para redução de casos de VBG, a FDC tem estado a formar magistrados judiciais e do Ministério Público para que estes tenham mais sensibilidade no relacionamento e julgamento de casos ligados a VBG para populações-chave e vulneráveis no contexto de saúde. Neste sentido, foram capacitados em matérias de direitos humanos 33 juízes e

26 procuradores nas províncias de Gaza e Inhambane. Como resultado da parceria, tem se registado maior celeridade processual e troca de informações sobre os processos judiciais pendentes nessas instituições. Como resultado da aprendizagem e experiências com AMJ e AMMMP, a formação sobre direitos humanos foi replicada aos agentes de investigação e instrutores do SER-NIC.



■ Prevenção e Combate às Uniões Prematuras

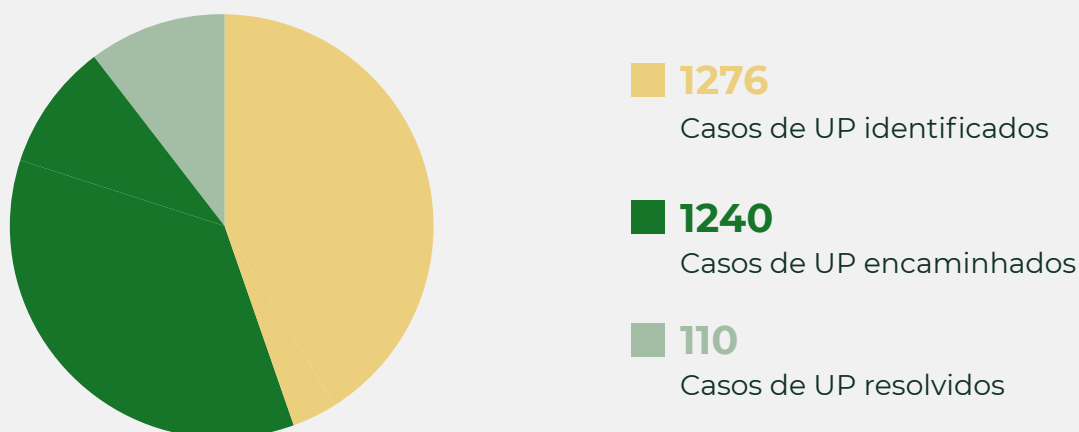
As uniões prematuras atentam aos direitos da criança, entre eles o direito de protecção, o direito de alimentação, o direito à honra e dignidade, de crescer saudável e num ambiente são e livre, de estudar e de se desenvolver até a um nível em que pode fazer as suas próprias escolhas.



A violação daqueles direitos resulta em gravidez precoce visto que ela não reúne condições físicas, psicológicas e biológicas para gerar um filho igualmente para cuidar, alimentar, educar e facilitar o seu crescimento. Os riscos no decorrer do parto são enormes, desde anemia, desnutrição, podendo resultar na morte da mãe ou do bebé, com possibilidades inevitáveis de fístulas obstétricas com todas as consequências daí decorrentes, desde a discriminação social e contração de doenças de várias ordens, incluindo as de transmissão sexual e o HIV.

A FDC tem investido na prevenção e combate às uniões prematuras através da divulgação da Lei 19/2019 às comunidades e capacitação dos membros da comunidade, as famílias e as crianças para que denunciem tais violações.

CASCATA DE CASOS DE UP-VIVA+



■ Análise de desempenho programático

Volvidos 4 anos da implementação da LUP, tem se registado um aumento da consciência sobre os efeitos nefastos provocados pelas uniões prematuras. A FDC identificou 1276 casos de uniões prematuras, dos quais 185 foram dissolvidos, e 162 raparigas reintegradas nas escolas.

Nos sectores da justiça nomeadamente os Tribunais Judiciais e o Ministério Público, prevalecem desafios tais como, (i) a demora na tramitação de processos, (ii) falta de observância das garantias legais a favor das vítimas aquando da dissolução da união bem como (iii) falta de identificação civil das vítimas das UPs, o que tem impactado negativamente para a resolução destes casos.

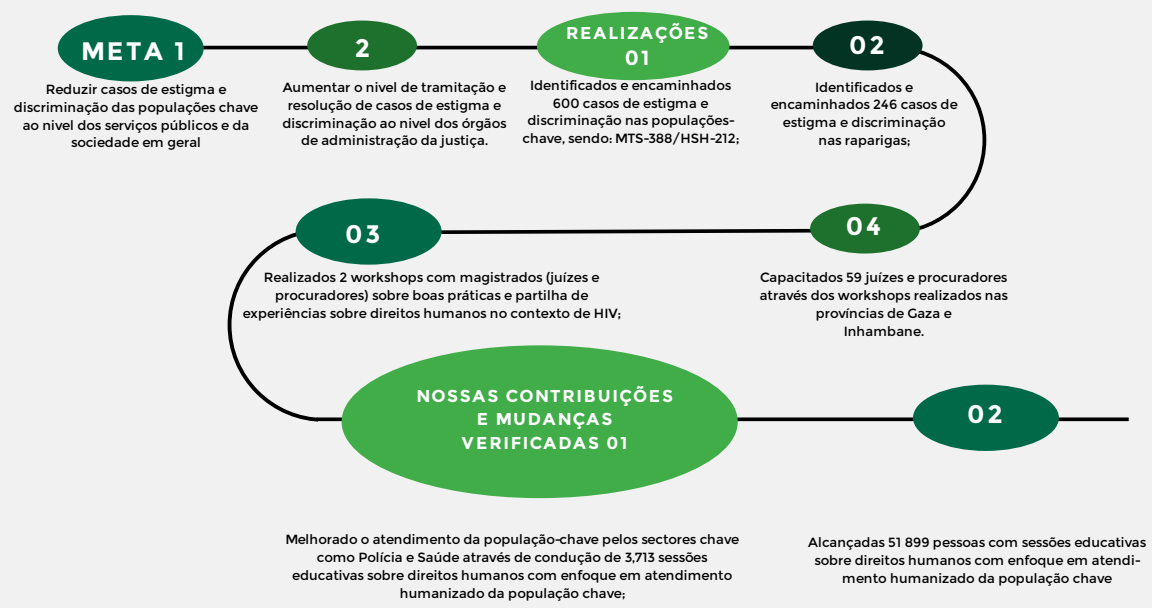
Como estratégia de mitigação, a FDC está a advogar para o estabelecimento de 1 dia para casos de violação de direitos humanos ao nível dos tribunais começando por Nampula.

TESTEMUNHO

“MEUS PAIS FORÇARAM-ME A CASAR ENQUANTO AINDA SOU MENOR DE IDADE. NA ESCOLA, COM ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA MENTORA LINDIANA, APRENDI QUE A UNIÃO PREMATURA É CONSIDERADO CRIME”. COM A INTERVENÇÃO DA FDC, O HOMEM QUE A OBRIGOU A UNIR-SE PREMATURAMENTE FOI PRESO E CONDENADO A QUATRO ANOS DE PRISÃO E MULTA CORRESPONDENTE A 50.000,00 MZN. E OS PAIS DA VÍTIMA CONDENADOS A UM ANO DE PRISÃO E UMA MULTA CORRESPONDENTE A 10.000,00MZN



Estigma e Discriminação



População-chave

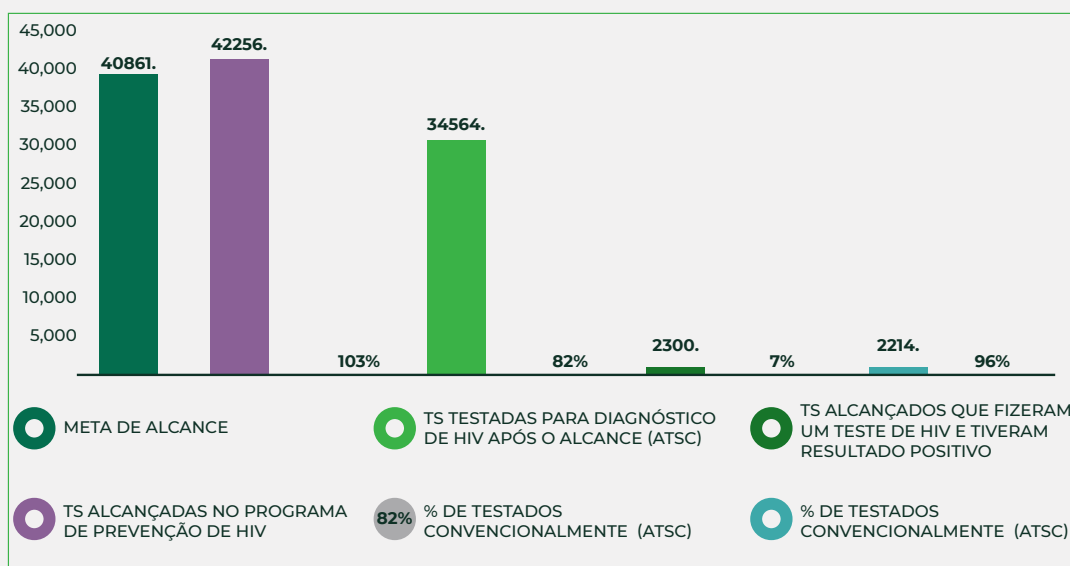
As intervenções para a prevenção do HIV para as populações-chave no programa VIVA+ são baseadas na oferta de serviços de prevenção combinada, orientadas pelas estratégias nacionais vigentes e a própria estratégia de implementação do programa. Assim, no VIVA+ são oferecidas, às populações-chave, um conjunto de actividades prioritárias para responder aos principais serviços de prevenção combinada: (i) identificação, alcance e sensibilização dos sub-grupos das populações-chave para a adopção de comportamentos preventivos/seguros (o alcance); (ii) a massificação da cober-



tura de testagem nesses grupos para a identificação das pessoas com HIV que não conheçam o seu sero-estado; (iii) a ligação das pessoas diagnosticadas com HIV na testagem para os serviços de Cuidados e Tratamento, visando a adesão ao Tratamento Antirretroviral (TARV); (iv) o apoio e seguimento contínuo das pessoas HIV positivas que iniciaram o TARV para a melhoria da sua qualidade de vida e o alcance da supressão viral e redução da infecciosidade; (v) a criação de demanda para a oferta de serviços de prevenção aos com diagnóstico de HIV negativo para a manutenção dessa condição (a Profilaxia Pré-exposição - PrEP); (vi) o rastreio e referência para o diagnóstico e tratamento das Infecções de Transmissão Sexual (ITS); (vii) a disponibilização do preservativo, assim como a Profilaxia Pós-Exposição (PPE) para pessoas expostas à infecção, incluindo a oferta do pacote específico de (viii) Redução de Danos para Pessoas que Injectam Drogas.

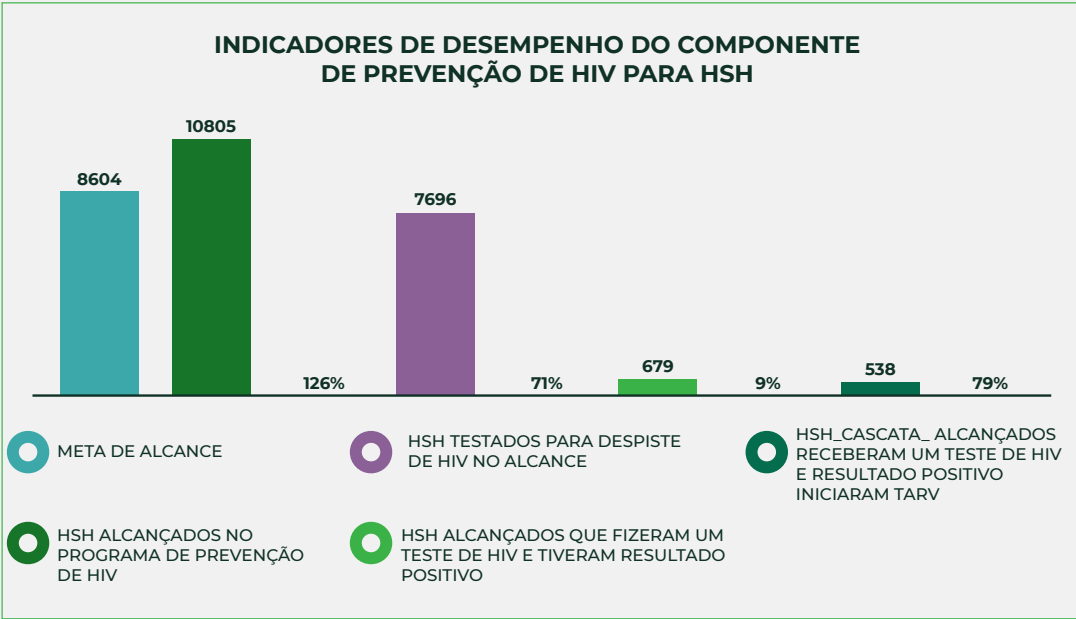
O desempenho dos indicadores referentes à cascata de serviços acima descritos, de forma geral, foram positivos. Abaixo, descreve-se o curso dos acontecimentos em função do subgrupo populacional atendido.

I. Para o grupo alvo das Trabalhadoras de Sexo (TS), a intervenção do VIVA+ abrange todas as províncias do país, com a excepção de Cabo Delgado, num total 54 distritos, dos quais 13 compartilha a cobertura com o programa PASSOS+ (do ICRH) dado ao alto volume populacional (maioritariamente capitais provinciais e outros distritos



com mesmo peso).

Como o gráfico acima ilustra, foram alcançadas e integradas no programa VIVA+ 42.256 TS e que passaram a ter um seguimento contínuo na recepção de serviços de prevenção e cuidados de HIV, correspondentes a 103% da meta anual pré-estabele-



cida (40.861 TS) e a 1/3 de toda cobertura populacional nacional. Em consequência desse serviço 82% dessas TS foram submetidas à testagem convencional de HIV na comunidade. A oferta do autoteste de HIV (ATHIV) tem sido alternativa complementar para assegurar uma maior cobertura do acesso a uma das abordagens de testagem de HIV.

O nível de diagnóstico de pessoas com HIV entre as TS testadas foi de 7%, uma taxa nacional programática do VIVA+ similar a dos outros períodos antecedentes. A mesma não se apresenta significativamente aquém da Taxa do Programa Nacional de HIV e ITS (PNC HIV) no exercício no mesmo período (2023), na ordem dos 8%.

II. Relativamente aos Homens que fazem Sexo com outros Homens (HSH), a intervenção está em 42 distritos de todas as províncias do país e o desempenho do indicador de alcance em HIV teve uma superação na ordem de 26% da meta nacional estabelecida pelo programa VIVA+ para o período (mais 2.201 pessoas para além das 8.604 previstas a serem alcançadas).

Essa realização, em apenas em 1 ano e em 1/3 dos distritos do país, perfaz uma cobertura de 15% de alcance de todos HSH estimados no país (72,000 HSH) . Subsequentemente, o desempenho da oferta do serviço de testagem de HIV na comunidade apresenta algum desafio, visto que somente 71% de todos os beneficiários alcançados tiveram a oportunidade de aceder a testagem convencional.

Este facto é resultante da massificação da disponibilização do autoteste de HIV, visto que alguns beneficiários optam por levar um kit de autoteste em lugar de fazerem a



testagem convencional com o educador de par/conselheiro.

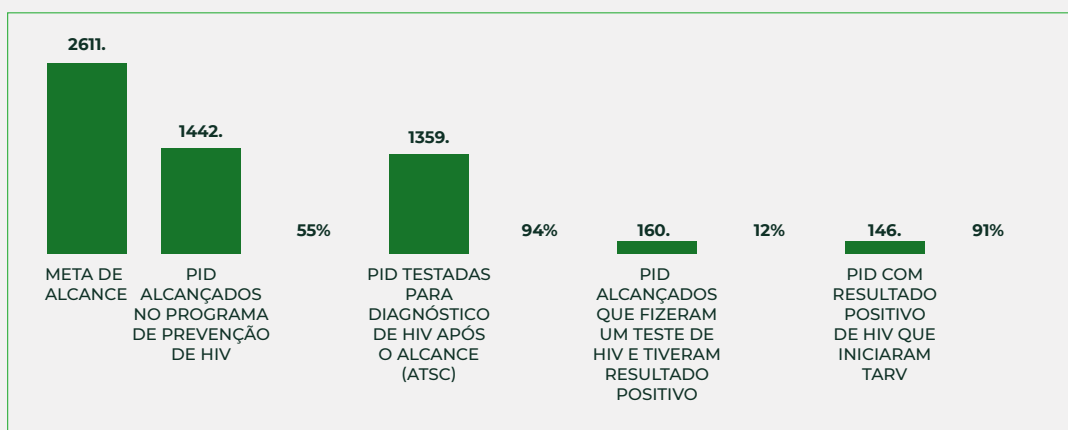
Entretanto, proporcionalmente, a taxa de diagnóstico de HSH positivos nos beneficiários alcançados pelo programa VIVA+ nota-se alta, com uma média nacional de 9%, acima da média nacional do PNC HIV, que estava fixada em 7% em 2023.

Os educadores de pares conseguiram mobilizar e acompanhar 79% das pessoas positivas para iniciarem o TARV durante o ano de 2023.

III. Concernente às Pessoas que Injectam Drogas (PID), todos indicadores da cascata apresentam realizações satisfatórias, com a excepção do primeiro (alcance e integração de PID ao programa VIVA+).

O maior desafio está relacionado ao desempenho da cidade e província de Maputo, pois as áreas geográficas onde o VIVA+ actua têm-se revelado de baixa predominância do grupo alvo (Manhiça; Marracuene; Boane; Moamba; Katembe; Kamavota e Kamubukwane). A realização desse indicador foi apenas de 55% de 2.611 PID planificadas a serem alcançadas a nível nacional. Porém, os desempenhos de Sofala e Nampula foram de 105% (de 687) e 72% (732), respectivamente.

Quanto aos indicadores subsequentes, o gráfico abaixo ilustra os resultados positivos, 94% de testagem convencional (em 1.442 PID alcançadas); diagnóstico de HIV em 12% de 1.359 PID testadas, muito acima dos 7% registados pelo PNC HIV no período; ligação de 91% (em relação aos 95% desejados) de todas as PID com diagnóstico de



HIV positivo a uma Unidade Sanitária para iniciarem o TARV.

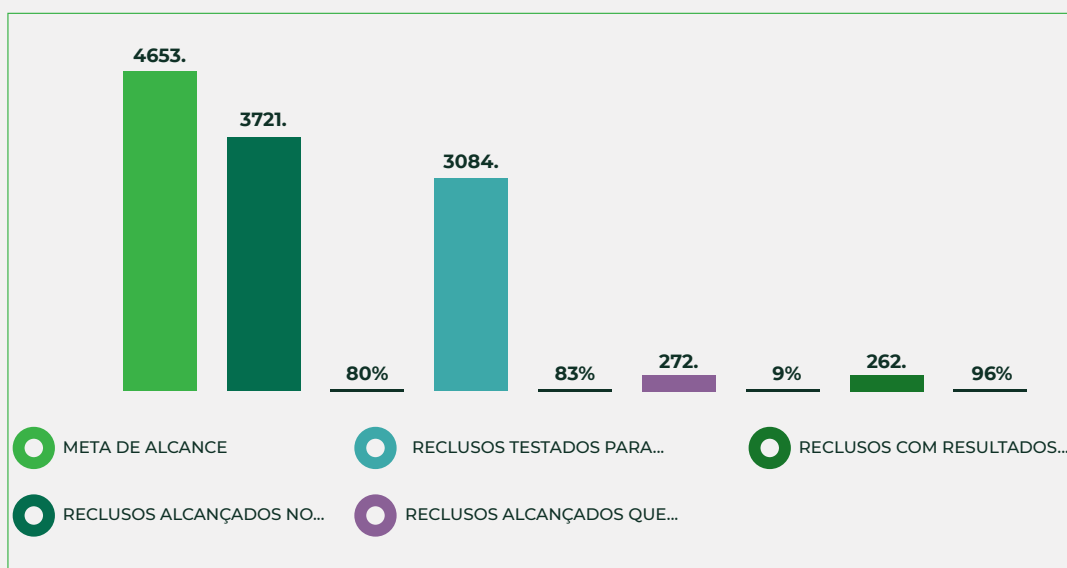
IV. Atinente aos reclusos, o programa VIVA+ é implementado em 13 penitenciárias de todas as províncias do país, com a excepção de Cabo Delgado e Manica.

A integração de reclusos no Programa VIVA+ teve um desempenho de alcance de 80%

em relação à meta estabelecida para todas as penitenciárias, afectada pelo relativo baixo desempenho do 2º semestre.

Entretanto, a provisão de serviços de testagem convencional de HIV a esses reclusos integrados no programa VIVA+ teve um desempenho de 83%, abaixo dos 95% recomendados. As províncias de Gaza e Sofala impactaram significativamente nesse desempenho, tendo cada uma taxas de 33% (em 635 reclusos testados) e 78% (em 656 reclusos testados), respectivamente.

Os resultados de testagem nas penitenciárias revelou que 9% de reclusos teve diagnóstico de HIV positivo, o que destaca a necessidade do reforço da prevenção do HIV e adopção de métodos preventivos mais adequados ao contexto, como a PrEP. Contudo, o acesso ao tratamento antirretroviral (TARV) a essas pessoas é satisfatória (96% dos 262 reclusos diagnosticados com HIV iniciaram o tratamento na Unidade Sanitária da penitenciária ou em uma externa, próxima do estabelecimento penitenciário).



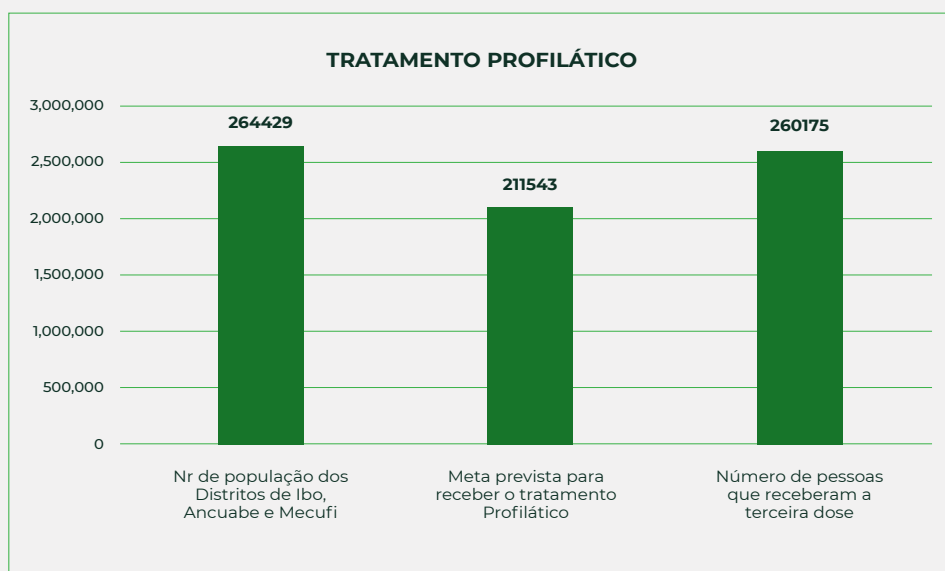
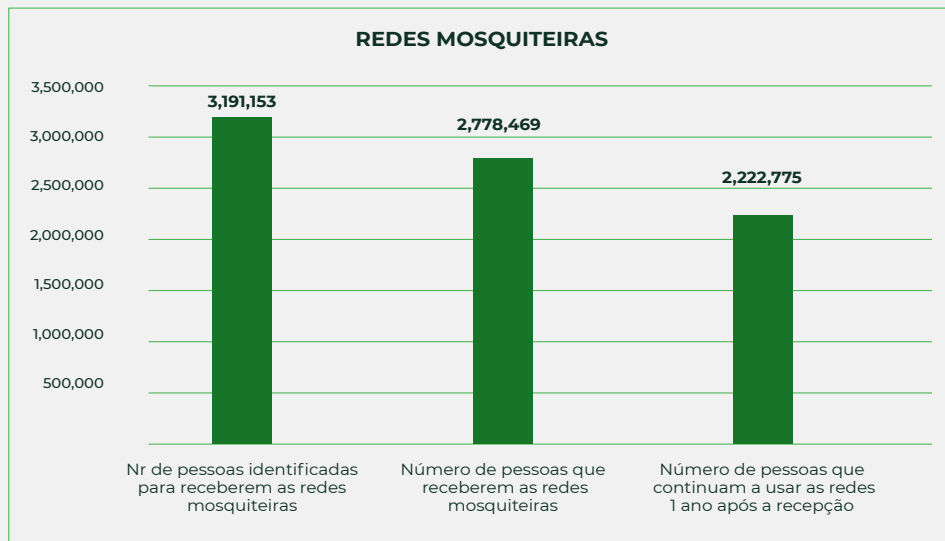
PREVENÇÃO DA MALÁRIA

A malária constitui um problema de saúde pública no País, sendo uma das principais causas de morbi-mortalidade, pois 45 % de todos os casos observados nas consultas externas e aproximadamente 56% de internamentos nas enfermarias de pediatria são devidos à malária. Neste contexto, a visão do Programa Nacional de Controlo da Malária (PNCM) de Moçambique é por um país livre de malária. Actualmente os esforços implementados visam reduzir a morbilidade e mortalidade por malária a nível

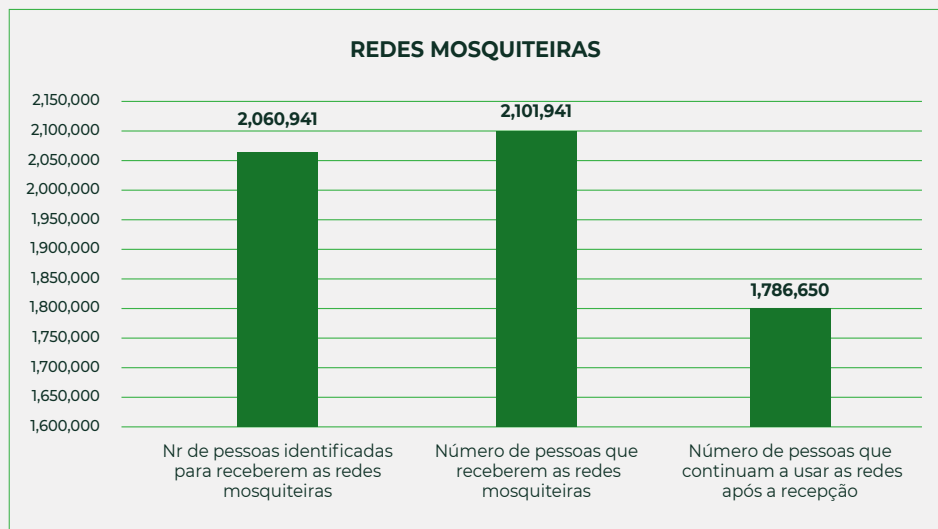


nacional em pelo menos 40% até 2030. Através do projecto de Aceleração e Fortalecimento da Qualidade das Intervenções do Controlo da Malária em Moçambique, a FDC implementa actividades de prevenção da malária nas províncias de Cabo Delgado e Manica.

■ Cabo Delgado



■ Manica



■ Análise de desempenho da intervenção

O perfil epidemiológico da província de Cabo Delgado segundo os dados da Direcção Provincial de Saúde é caracterizado pela redução de casos de malária na ordem de 1.5% ao notificar 1.270.127 casos em 2023 contra 1.290.094 casos em 2022. Assim como uma redução do número de óbitos em 29.3% ao reportar 41 óbitos no presente ano contra 58 do ano passado. Em relação a distribuição do medicamento profilático, foi alcançado 98% da população dos distritos abrangidos, excluindo, pessoas não elegíveis (crianças menores de 6 meses, mulheres grávidas, gravemente doentes, com febres nas últimas 24 horas e que tentam tomado antimaláricos nas últimas duas semanas. No entanto, foi ultrapassada a meta previamente estabelecida em 23%, por causa do movimento migratório da população nas áreas abrangidas (refugiados) em conflito.

■ Nossas contribuições e mudanças verificadas

Consolidados conhecimentos sobre os métodos de prevenção da malária e procura atempada de tratamento ao nível das comunidades;

A comunidade dotada cada vez mais de conhecimento de prevenção da malária através de ensinamentos dos voluntários treinados pelo projecto;



Criadas capacidades em termos de conhecimentos em métodos de prevenção da malária nos alunos/Escolas;

Oficiais distritais consolidados em conhecimentos de prevenção da malária e procura atempada de tratamentos em caso de sinais e sintomas;

Criada imunidade de contrair a malária em pelo menos 4 meses, na população dos distritos de Ancuabe, Mecúfi e Ibo (Cabo Delgado);

População de 17 Distritos sendo 10 em Manica e 7 em Cabo Delgado com acesso de informação de prevenção da malária através de mensagens difundidas pelas rádios comunitárias;

579,286 pessoas e 340, 921 alunos dotados de informação de prevenção da malária, uso correcto de rede mosquiteira e procura atempada de tratamento;

Aprimoradas as estratégias de intervenção nas componentes preventivo e tratamento da malária aos níveis distrital e provincial;

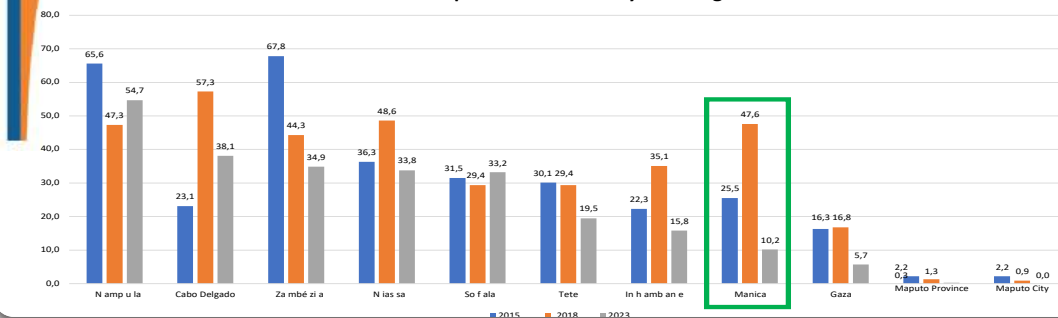
2082 voluntários receberam incentivos produzidos pela FDC por forma a garantir a continuidade na realização das actividades de sensibilização para prevenção da malária ao nível das comunidades.

Em conformidade com o Inquérito Demográfico e de Saúde 2022-2023, cujo gráfico vem representado na página seguinte, a Prevalência da Malária reduziu consideravelmente nas Províncias de Manica e Cabo Delgado nos últimos 5 Anos. Conforme o IDS 2022-2023, em Cabo Delgado a prevalência reduziu de 57,3% em 2018 para 38,1 em 2023 e em Manica decresceu dos 47,6% em 2018 para 10,2% em 2023. Isto é, redução em 34% em Cabo Delgado e 79% em Manica. Esta redução é resultado de diversas intervenções que foram sendo implementadas a destacar: Campanhas de Distribuição Massiva de Redes Mosquiteiras; Campanhas de Administração Massiva de Medicamentos; Actividades de disseminação de mensagens para a prevenção da malária através de voluntários, professores e rádios comunitárias.



A diminuição foi particularmente pronunciada em algumas províncias - incluindo uma diminuição de 79% na província de Manica

Malaria prevalence under 5 years of age





TESTEMUNHO



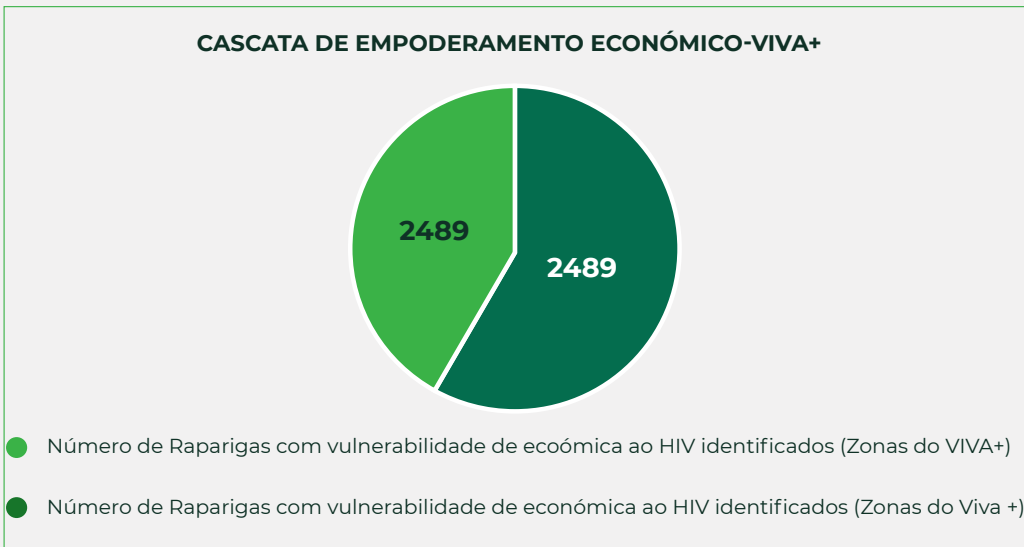
*Laurinda Mateus
Residente em Manica*

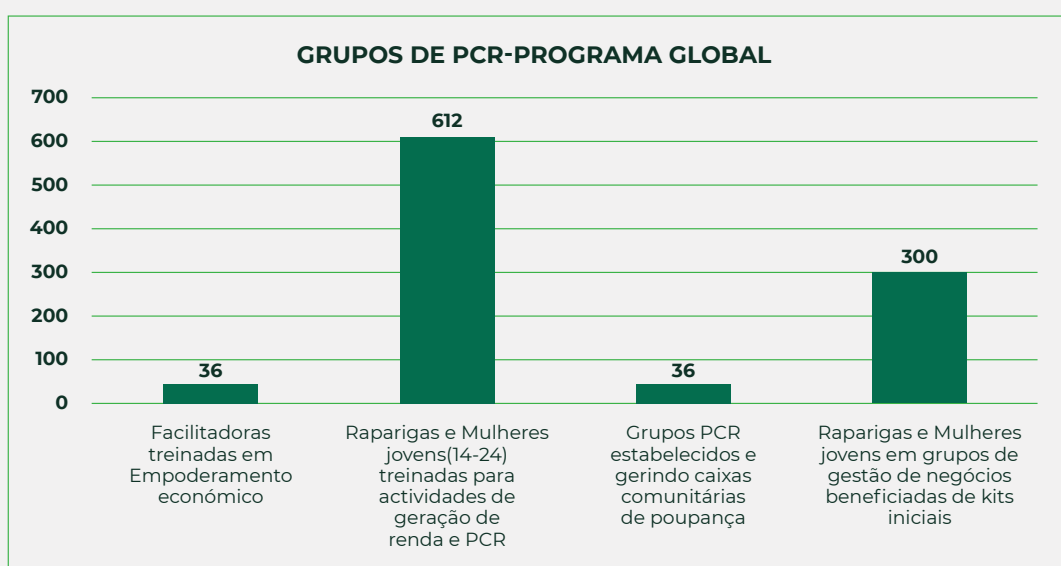
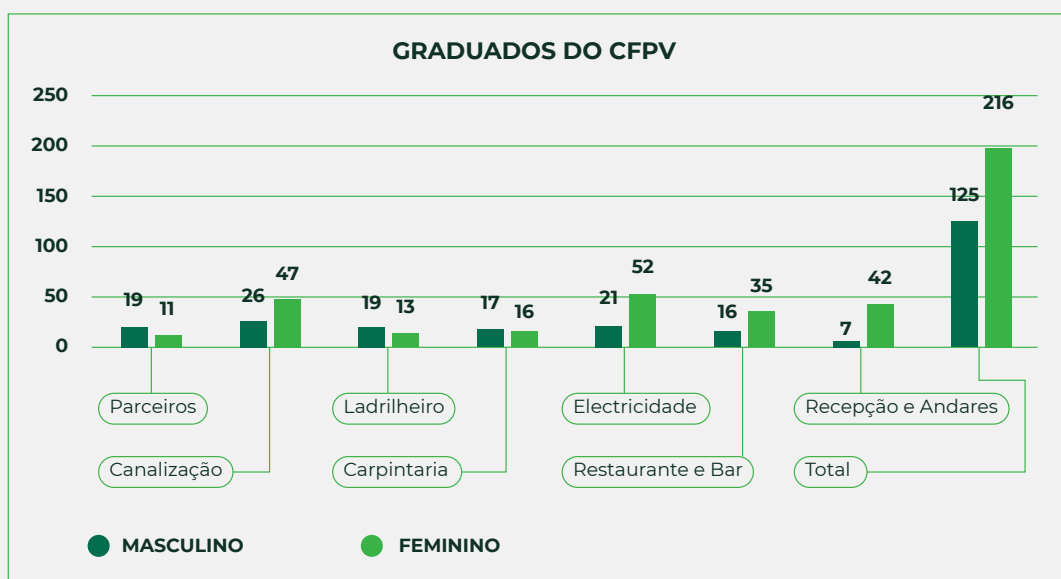
■
NA MINHA CASA SOMOS OITO MEMBROS. A FDC DEU-ME TRÊS REDES MOSQUITEIRAS E EXPLI-COU-ME COMO USÁ-LAS CORRECTAMENTE. APRENDI QUE DEVO PENDURAR A REDE MOSQUITEIRA E COLOCAR AS PONTAS DEBAIXO DA ESTEIRA OU COLCHÃO. A FAMÍLIA USARÁ A REDE TODAS AS NOITES, MESMO QUE NÃO HAJA SINAIS VISÍ-VEIS DE MOSQUITOS. GRAÇAS A FDC, ÁGORA EU E MINHA FAMÍLIA ESTAMOS PROTEGIDOS CONTRA A MALÁRIA



EMPODERAMENTO ECONÓMICO DAS RAPARIGAS, ADOLESCENTES E MULHERES JOVENS

Segundo dados do INE (2021), 52% da população moçambicana é constituída por mulheres, das quais 72,2% vivem na zona rural e 23,2% são chefes de família. A pobreza tem o rosto feminino; as crenças, práticas tradicionais e culturais exacerbam desigualdades de género enraizadas e acentuam as limitações críticas ao empoderamento das mulheres, incluindo, sobretudo, o exercício da sua agência e autoria sobre os seus destinos. Esta situação coloca as raparigas e mulheres cada vez mais vulneráveis a abusos e numa situação de dependência económica irreversível. Como forma de reverter este cenário, a FDC implementa intervenções através dos Programas Viva+, Desenvolvimento Comunitário e Global em 96 distritos com vista a empoderar economicamente raparigas e mulheres jovens socialmente vulneráveis, através de capacitação nas áreas técnico-profissionais, desenvolvimento de empreendedorismo e habilidades para a vida.





As acções de empoderamento económico protagonizadas pela FDC a diferentes níveis começam a apresentar sinais de impacto e sustentabilidade promissores. Por um lado, o envolvimento de instituições locais como IFPLAC, incluindo o próprio CFPV, bem como a diversificação das actividades tendo em conta as condições e oportunidades locais, combinado com a introdução de esquemas de poupança e crédito rotativo, aumentam possibilidades de monetização do campo, circulação abrangente da moeda e reinvestimento em outras actividades que não sejam necessariamente agrícolas. Por outro lado, as receitas e as poupanças, contribuem significativamente para a criação de condições para a próxima campanha agrícola, pois a maioria das beneficiárias tem a oportunidade de aquisição de meios e insumos para a produção.



TESTEMUNHO



*Celestinha Matsinhe
Beneficiária do projecto Phawosa*

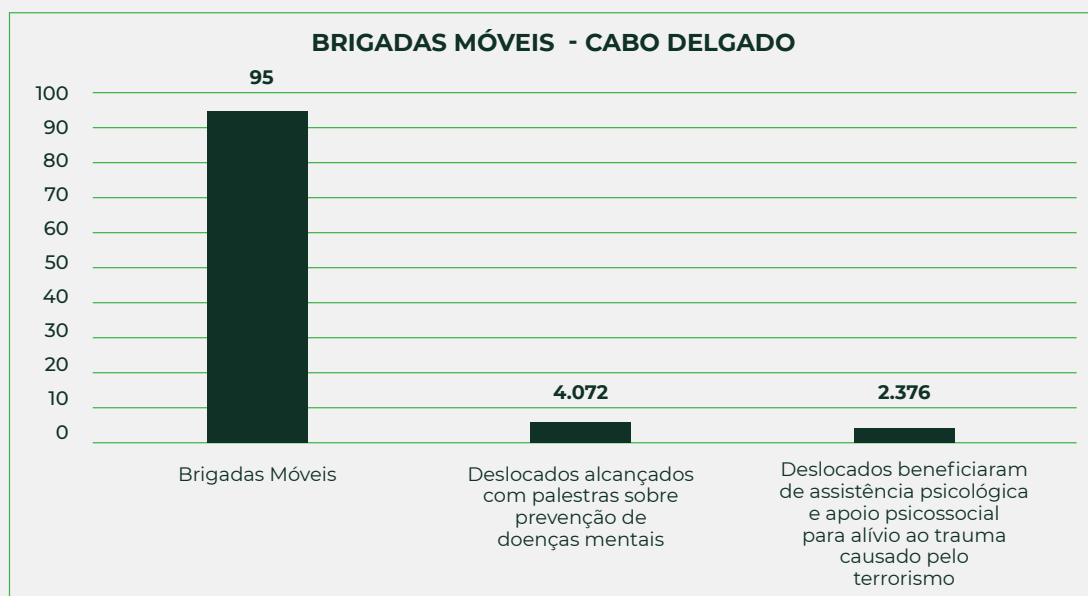
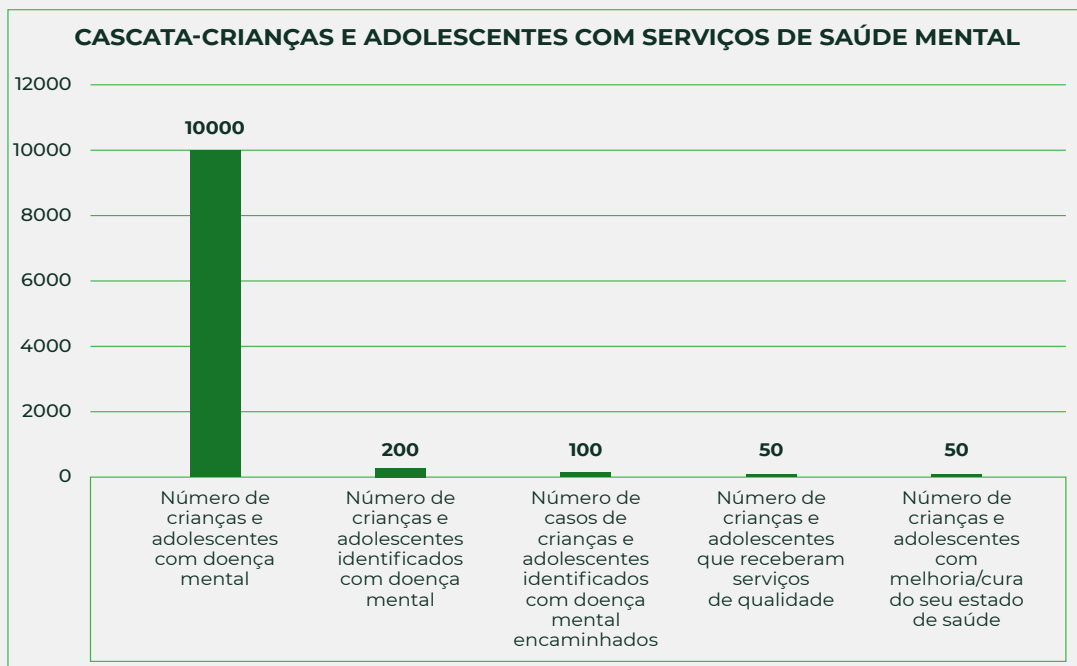
APÓS CONCLUIR O CURSO DE CONFEITARIA PROMOVIDO PELA FDC ATRAVÉS DO PROJECTO PHAWOSA, IMPLEMENTADO PELA ASSOCIAÇÃO NGUNI, COMECEI A SER EMPREENDEDORA FAZENDO BOLOS, MUITAS VEZES PEDINDO EMPRESTADO UM FOGÃO. HOJE TENHO O MEU PRÓPRIO FOGÃO E 10 MIL METICAIS NA CONTA. ISSO É ALGO QUE JAMAIS IMAGINEI QUE ACONTECERIA. VINDO DE UMA SITUAÇÃO DE EXTREMA PÓBREZA, AGORA TENHO A CAPACIDADE DE COMPRAR MINHAS PRÓPRIAS COISAS, E ISSO ME ENCHE DE ORGULHO POR SER UMA FONTE DE SUSTENTO PARA MINHA FAMÍLIA.



SAÚDE MENTAL

As intervenções na componente de Saúde Mental provêm de uma iniciativa com apoio do UNICEF em coordenação com o Departamento de Saúde Mental do MISAU denominada “Fortalecimento da Prestação de Saúde Mental e Apoio Psicossocial e Advocacia para o Cumprimento dos Direitos da Criança no Contexto da Covid-19”. A iniciativa envolve o estabelecimento de mecanismos para identificar, encaminhar e garantir que os Agentes Polivalentes Elementares (APEs) são equipados para realizar a detecção precoce, avaliação rápida e encaminhamento para profissionais especializados. Esta iniciativa também tem como objectivo a mudança de comportamento da comunidade através de spots televisivos e radiofónicos transmitidos para aumentar a sensibilização e a procura de serviços psicossociais. O foco da acção é a Província de Cabo Delgado. O tratamento de casos por assistência e apoio psicossocial tem evoluído para referência ao tratamento psiquiátrico mais especializado e seu acompanhamento, beneficiando adultos e crianças, entre os deslocados internos, como resultado das atrocidades nas suas aldeias. Enquanto isso, dada a proeminência de casos de perturbações e desequilíbrios mentais, está em curso o processo de actualização do Aplicativo Alô Mente para o rastreio remoto de perturbações mentais através das linhas do Alô Vida e Linha Fala Criança. Igualmente, está em curso a fase de pós-produção (gravação em estúdio) dos conteúdos de saúde mental: músicas, poesias e peças teatrais para a campanha de mobilização social.

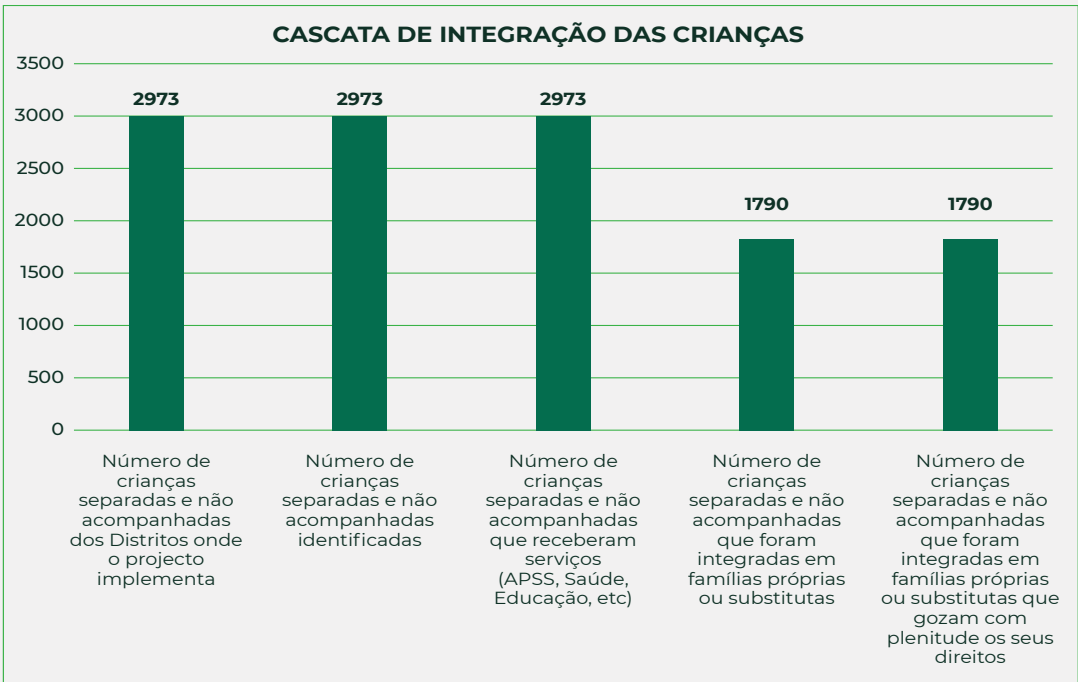




Com estas acções, a FDC espera contribuir para a redução de traumas derivados dos efeitos de Covid-19 conjugados com os dos impactos da emergência no norte do país e, deste modo reduzir não só o stress no meio das crianças e respectivas famílias, mas também em termos de integração social de crianças, adolescentes e jovens. Por outro lado, o governo, através do MISAU, passará a ter uma rede de psicólogos e psiquiatras ligada através de uma acção comum de interesse público para com a saúde mental.

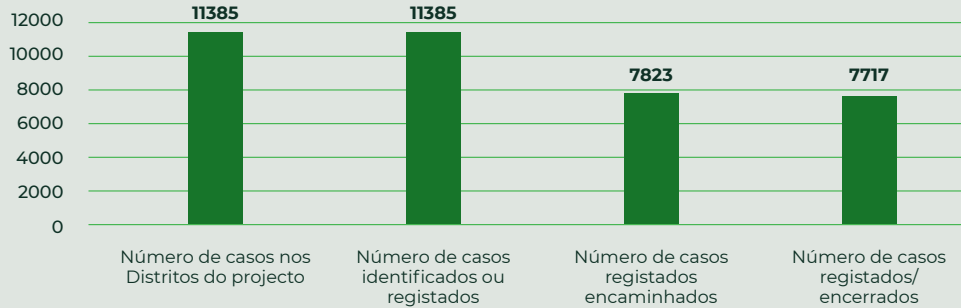
PROTECÇÃO À CRIANÇA E APOIO PSICOSSOCIAL

A FDC, através da parceria estabelecida com o UNICEF, desenvolve acções em prol da protecção da criança em resposta à situação das crianças afectadas pelo conflito armado em Cabo Delgado (distritos de Mocimboa da Praia e Mueda) cujo principal objectivo é garantir o estabelecimento de um sistema integrado, pleno e funcional de gestão de casos fortalecendo o ambiente protector a nível comunitário, incluindo a assistência humanitária face as incursões terroristas. Destaca-se igualmente a provisão de serviços diferenciados a crianças sobreviventes de qualquer tipo de abuso através (i) mecanismos de referência na gestão de casos, (ii) rastreio para a reunificação familiar, (iii) reintegração comunitária das crianças associadas a forças ou grupos armados (CAAFAG), (iv) apoio psicossocial individualizado e colectivo através dos espaços amigos da criança/multiusos, (v) disseminação das mensagens chaves para os PEAS e VBG, (vi) reporte e monitoria das 6 graves violações e (vii) promoção da parentalidade positiva.

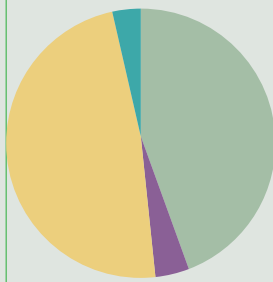




CASCATA DE GESTÃO DE CASOS E PROVISÃO DE SERVIÇOS A CRIANÇAS SOBREVIVENTES DE QUALQUER TIPO DE ABUSO

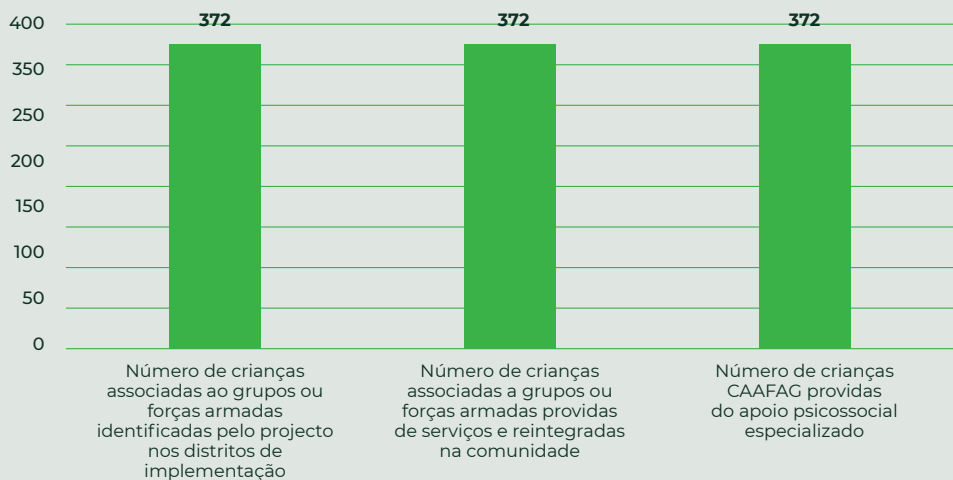


APOIO PSICOSOCIAL



- 138078**
Número de crianças registadas nas actividades nos espaços amigos da criança nos distritos de implementação do projecto
- 372**
Número de Crianças identificadas com traumas graves
- 138078**
Número de crianças providos dos serviços individuais e colectivos nos espaços amigos da criança/Multiusos
- 372**
Número de Crianças providas do apoio psicossocial especializado

CAFAAG





O desempenho programático foi bom, com uma realização das metas em 90%. Com o retorno da população às zonas de origem, registou-se um crescendo de abandono em casos em seguimento, abrindo espaço para o não encerramento de alguns processos abertos e, de certo modo, comprometendo a componente das intervenções. Enquanto isso, ao nível comunitário fomos testemunhando situações de negação/ estigmatização de crianças associadas ao conflito armado, sendo necessário desenvolver um trabalho capaz de garantir uma reintegração segura e bem-sucedida deste grupo-alvo nas comunidades de acolhimento. No rastreio de famílias, anotamos a necessidade de melhoria do levantamento e compilação de informação para melhor composição de processos.

■ PROGRAMA BARRIGA SAUDÁVEL

O PROGRAMA BARRIGA SAUDÁVEL é implementado pela Direcção de Desenvolvimento Comunitário (DDC-FDC) com o objectivo de ajudar a operacionalizar a abordagem da FDC para dinamização das agendas de nutrição a nível dos seus distritos de intervenção. Este programa vai cobrir um total de 3.000 famílias, distribuídas por (6) distritos representativos da diversidade agroecológica, risco climático e conflitos político-militar nas regiões, Sul, Centro e Norte de Moçambique, com posterior expansão para (16) distritos e mais tarde para os demais distritos com presença física da FDC.



■ Principais Realizações

Para a Campanha Agrícola 2023-2024, 15 povoados distribuídos pelos distritos de Mapai e Chicualacuala (Gaza), Sussundenga (Manica), Rapale (Nampula), Ancuabe e Montepuez (Cabo Delgado) foram intervencionados à luz da iniciativa de apoio ao desenho e gestão de sistemas de produção e explorações climática e nutricionalmente inteligentes – SEAC(N)I. O apoio à massificação de SEAC(N)I, está a ser feito através de uma rede de Unidades de Referência Tecnológica Comunitárias (URTC) constituída à volta da abordagem “pequenos produtores grandes áreas (PPGA) – small farmers large fields (SFLF)”, e explorações modelo. Cada URTC-PPGA e explorações modelo ocupam áreas de 10 ha e 1.5 – 2.0 ha, respectivamente.

A FDC distribuiu 21,740 kg de semente diversa (Figura abaixo) – milho, mapira, feijão nhemba, feijão boer, amendoim e gergelim em parceria com os SDAE's, a luz do programa de melhoria de acesso a semente certificada para a massificação de SEAC(N)Is. O programa funciona à volta de clubes comunitários de semente e grão construídos à volta das URTC-COP's e que são responsáveis por gerir esquemas comunitários de multiplicação de sementes (OPV's), bem como bancos de semente e grão comunitário para facilitar acesso de semente e grão. Com esta semente, pretende-se estabelecer cerca de 1.650 ha de culturas diversas nos 15 povoados intervencionados à luz da iniciativa de massificação de SEAC(N)I - 300 ha de multiplicação de semente nas URTC, co-geridas pela FDC, SADE e as COP- SEAC(N)Is e 1.350 ha de grão – explorações modelo.



Foram adquiridas 10 bombas de irrigação híbridas (DC/AC) de 4", 2.2 Kw, 70 m³/h de caudal para montagem de uma rede de sistemas de irrigação de pequena escala liderados pelo produtor (FLI) de 10-16 ha, alimentados por sistemas de bombeamento solar móveis que ajudam na transição energética – de diesel para energia fotovoltaica o que contribuirá para baixar o custo de irrigação e estender a janela de produção no semiárido por via da massificação da agricultura irrigada nas margens do rio Limpopo e Nweneze em Mapai e Chicualacuala, respectivamente.

Foi também estabelecido o primeiro de 6 viveiros distritais em Dombe, com capacidade de produção de até 100 mil mudas de fruteiras diversas e espécies arbóreas de múltiplos propósitos (4F's) – Food, Fodder, Fertilizer, Fuel para apoiar o estabelecimento de bancos de proteína para nutrição animal e pomares comunitários para melhorar a disponibilidade de micronutrientes essenciais na dieta local.



Legenda: encontro de planificação participativa no povoado de M'pacane - Rapale.



Legenda: momento de entrega de semente aos membros da comunidades de prática (COP), para o implementação e gestão de SEAC(N)Is em Dombe, Manica.



■ PROGRAMA + ÁGUA

O + ÁGUA é um programa de suporte ao Barriga Saudável e a iniciativa nacional de melhoria da disponibilidade e acesso à água potável e produtiva no meio rural moçambicano.

■ Principais Realizações

As intervenções do + ÁGUA, estiveram concentradas na implementação de (2) iniciativas, nomeadamente, 1) desenhar e promover iniciativas para uma convivência sustentável com o semiárido – Mapai e Chicualacuala; 2) levar água potável ao povoado de M'pacane – Rapale (Nampula) através da mobilização de fundos e investimento para o estabelecimento de um sistema de abastecimento central de água em Mpacane – Rapale. A luz destas duas actividades, o seguinte foi feito:

Assim, foram sorteadas 41 famílias em Mapai, para beneficiar de cisternas de passeio e de enxurrada com capacidade para captar e armazenar cerca de 52.000 L de água pluviais para uso productivo, i.e., alimentar pequenas hortas e pomares caseiro (Figura 3);

Perfurados 4 furos de água em M'pacane – Rapale (Nampula) que serão parte integrante do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) central com capacidade de bombagem e armazenamento de cerca de 100.000 L de água potável. O SAA de Mpacane, irá servir um total de 600 famílias distribuídas por 4 bairros fornecendo semanalmente cerca de 1050 L de água por família, i.e., cerca de 30 L de água por pessoa dia (ca., 20 L pessoa dia a serem complementados);

Temporariamente e para facilitar acesso a água potável, 1 fontenário manual – Afri-dev, foi estabelecido em Mpacane enquanto se aguarda pela montagem do SAA definitivo.



Legenda: momento em que se sorteavam as 41 famílias para beneficiar do programa de co-financiamento e construção rotativa de cisternas para captação de água no povoado de Muzamane, em Mapai, a luz do modelo de Finanças e Poupança Inovativa (FinSAVE), em parceria com o New Faces New Voices, Uganda.



Legenda: Escavação do primeiro bloco de 10 cisternas de enxurrada e passeio em Muzamane - Mapai



Legenda: Formação do Comité de 'água no povoado de M'pacane – Rapale. O comité é composto por um total de 15 membros, dos quais 8 mulheres e 7 homens, dos quais 12 apenas são executivos. Os restantes, (3) são conselheiros, sendo eles, a Rainha, o Líder de terceiro escalão e o Secretário do Bairro.

Rapale já tem água potável

A COMUNIDADE de M'pacane, distrito de Rapale, na província de Nampula, conta, desde a semana passada, com um furo de água potável que garante o abastecimento à população local.

O administrador distrital, Salvador Talapa, falando no acto de entrega do furo construído pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), deixou recomendações para que a comunidade faça o bom uso e participe na sua manutenção. Igualmente, frisou ser impor-

tante preservar o furo porque vai disponibilizar água para a prevenção de doenças de origem hídrica.

Disse que o furo entregue faz parte de um conjunto de três abertos na comunidade, que vão integrar um sistema de abastecimento de água, que se prevê estejam concluídos este ano. A entrega provisória, ao que deu a conhecer o governante, prende-se com necessidade que se tem em providenciar água potável.

Talapa procedeu, igual-

mente, à apresentação de 10 jovens graduados pelo Centro de Formação Profissional de Vilankulo, na província de Inhambane, tendo os aconselhado a serem proactivos, criarem auto-emprego e liderarem projectos de desenvolvimento da comunidade.

"Este tipo de formação técnico-profissional serve para munir os jovens de conhecimentos suficientes para gerar auto-emprego, liderar projectos de desenvolvimento e apoiar em ideias a juventude localmente", explicou.

Legenda: Extrato do jornal local – Nampula. Feitos do PROGRAMA + ÁGUA em M'pacane - Rapale

PROGRAMA DE MELHORIA DA REDE DE INFRAESTRUTURAS RURAIS

O programa tem como objectivo principal desenvolver padrões de construção e apoiar o desenvolvimento de infraestruturas rurais resilientes com ênfase em habitação condigna e climaticamente inteligente (HCCI), Infraestruturas Governamentais - Escolas, Posto de Saúde, silos secadores, para armazenamento de grão, infraestruturas de captação e armazenamento de água, i.e., cisterna, barragens subterrâneas, e programas de gestão integrada de recursos hídricos (IWRM) estabelecidos para melhorar a disponibilidade de água produtiva a nível dos quintais e machambas.

Realizações

Em parceria com o Governo de Rapale, foram seleccionados 10 jovens naturais de Rapale dos quais 3 raparigas com idades entre 21-24 anos, que beneficiaram de bolsas de estudo para formação vocacional no Centro de Formação Profissional de Vilankulos (CFPV) nas seguintes áreas: 4 Metres de obra (Construção civil), 2 Carpinteiros, 2 electricistas – foco em energias renováveis e 2 canalizadores. Estes jovens serão integrados na primeira Empresa de Construção Civil Local liderada por jovens em Rapale que irá trabalhar em estreita colaboração com a Direcção de Desenvolvimento Comunitário da FDC e o Governo Distrital de Rapale na edificação da primeira rede de infraestruturas modelo nos próximos 18 meses após a formação.

Um Memorando de Entendimento foi assinado com a Unidade de Arquitetura e Infraestruturas Rurais da Faculdade de Engenharia e Recursos Naturais (FAERN) da Uni-Zambeze, Delegação de Manica e a Cousin, para desenho de protótipos e padrões de construção para edificação de infraestruturas rurais com ênfase numa primeira fase em habitação condigna e climaticamente inteligente.





PROGRAMA HABITAÇÃO CONDIGNA

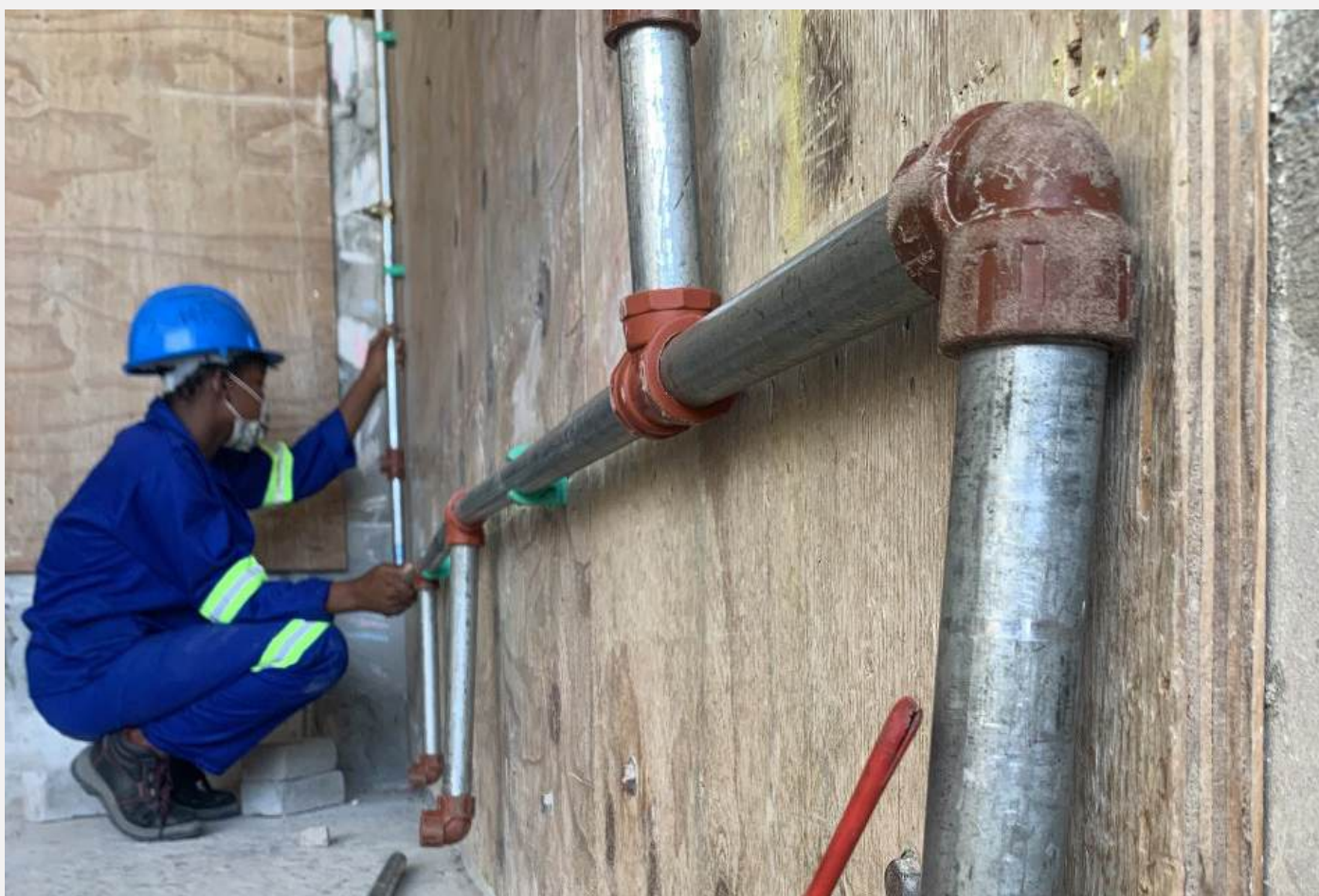
O programa visa a promoção de construções ecológicas e climaticamente Inteligentes (CE CI-HECI), no quadro da criação de capacidade de adaptação e resiliência ao nível familiar e comunitário.

Principais Realizações

10 (3 meninas) bolsas de estudo para formação vocacional no CFPV concedidas a jovens de Rapale – Povoado de Mpacane: 4 de construção civil, 2 Carpinteiros, 2 eletricitas – foco em energias renováveis e 2 carpinteiros.

Pré-acordo com os Jovens: Constituir e incubar uma empresa de construção rural gerida pela DDC para viabilizar o programa de melhoria de infraestruturas rurais – HECI, Escolas, infraestruturas de captação, armazenamento e distribuição de água, unidades de beneficiamento e armazenamento de grão no meio rural.

Esta estratégia é uma componente forte no desenvolvimento institucional, capacitação e advocacia, e aposta na prevenção e preparação para a resiliência climática nas comunidades, visando facilitar o processo de integração e localização de agendas de desenvolvimento compatível ao clima nas zonas de risco.



■ RESPOSTA À EMERGÊNCIA EM CABO DELGADO

Foram levadas a cabo iniciativas de abertura de furos de água e construção de fontanários que ajudaram a melhorar as condições de acesso à água e saneamento do meio para as comunidades afectadas.

■ Análise de desempenho programático

O contributo da água e das latrinas na higiene familiar reduzem os casos de diarreias, surtos de cólera, sarampo, só para citar alguns casos, aliviando os já superlotados e estressados serviços das unidades sanitárias periféricas. Enquanto isso, o trabalho de capacitação de artesãos locais para a promoção de latrinas melhoradas mostra-se um investimento que se réplica e que permite ampliar o raio de beneficiários e os impactos positivos na saúde pública das comunidades beneficiadas.

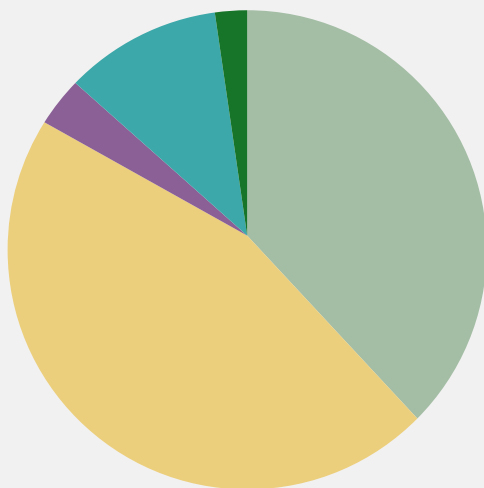




MOVIMENTO MULHER E PAZ

A pesquisa e a prática trouxeram provas irrefutáveis de que a participação e inclusão das mulheres reforça os esforços de manutenção da paz, melhora a prevenção e acelera a recuperação socioeconómica. Igualmente revelou que, ao integrar as necessidades e os pontos fortes únicos das mulheres nas agendas locais e nacionais, a participação das mulheres contribui para desafiar as estruturas patriarcais e a discriminação que perpetua a violência contra as mulheres e as raparigas.

ALCANCE MMP



7257

Mulheres alcançadas

7586

Mulheres alcançadas em Palestras

24

Debates Radiofónicos

154

Grupos de poupança

15

Grupos de Alfabetização

TESTEMUNHO

MUITAS COLEGAS PARAM DE VIR A ESCOLA QUANDO ESTÃO MENSTRUADAS PORQUE ACREDITAM NO MITO DE QUE QUANDO PASSAM POR CAMINHOS CRUZADOS O SANGUE SAI MUITO E SUJA O UNIFORME E QUE POR ISSO DEVEM FICAR ISOLADAS. HOJE NOS EXPLICARAM QUE ISSO NÃO É VERDADE E ENSINARAM COMO PODEMOS CUIDAR DA NOSSA HIGIENE PESSOAL QUANDO ESTIVERMOS NOS "NOSSOS DIAS" PARA NÃO PERDER AULAS E CONSEQUENTEMENTE NÃO PERDER O ANO LECTIVO



Mariamo Jamal Nampula





■ PILAR ESTRATÉGICO II - ADVOCACIA PARA A EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

Neste pilar estratégico, a FDC aposta em “advogar para que programas e políticas nacionais e sectoriais sejam concebidos em linha com os problemas e prioridades do desenvolvimento em geral e da situação da mulher, criança e jovens em particular”, cujo leque de intervenções durante 2023, comportou o seguinte:

■ Agendas e Causas Nacionais: Alocação justa e transparente de recursos para os sectores sociais

A FDC desenvolveu acções concorrentes com o objectivo traçado ao nível de Maputo com a Assembleia da República e nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala para influenciar momentos-chave do ciclo de gestão de finanças públicas, nomeadamente a elaboração dos PESOEs e PO_OGDPs pelo governo e a respectiva aprovação, monitoria e fiscalização pela AR.

Principais Realizações

03
Membros e técnicos da AR e AP formados no uso do aplicativo digital de fiscalização e habilitados para o uso do mesmo durante as suas jornadas de fiscalização e na elaboração dos seus relatórios e pareceres.



02
Realização do workshop de Socialização e Análise da Proposta do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2024 - Com enfoque em Sectores Sociais



01
Deputados e técnicos da 2ª e 3ª comissão da AR e das APs, membros do governo e das OSC capacitados e engajados na busca de soluções viáveis e sustentáveis para a melhoria das alocações para os sectores sociais e a integração e priorização de acções específicas e sensíveis aos grupos mais vulneráveis nos PESOEs e PO_OGDPs



■ Nossas contribuições e mudanças verificadas

01 Reforçadas as capacidades técnicas e institucionais da AR e APs para a fundamentação das suas análises e pareceres face as propostas dos planos, orçamentos e relatórios de execução apresentados pelo executivo.

02 Melhoradas as habilidades de monitoria e fiscalização de políticas públicas através do aperfeiçoamento dos instrumentos e métodos de trabalho da AR e APs, promovendo melhor acompanhamento, execução, transparência e prestação de contas

03 Maior engajamento entre a AR, APs, governo central e local, OSC, parceiros de cooperação com vista a uma planificação e orçamentação conjunta, coordenada e mais adequada às realidades e necessidades das comunidades

■ Análise de Desempenho Programático

Pelo resultado alcançado durante o ano, fazendo uma análise crítica aos efeitos das intervenções feitas pela FDC em coordenação com os mecanismos de advocacia da sociedade civil, destacando-se o FMO, mostra-se necessário reforçar a interação com o governo central e local, a nível dos sectores, de modo a influenciar não apenas o momento de aprovação dos planos e orçamentos pela AR e APs, mas também no momento de desenho das acções e indicadores-chave pelo executivo, possibilitando uma mudança transformacional em todos os processos.

■ Dívidas Ocultas, Dívida Pública e Investimento nos Sectores Sociais

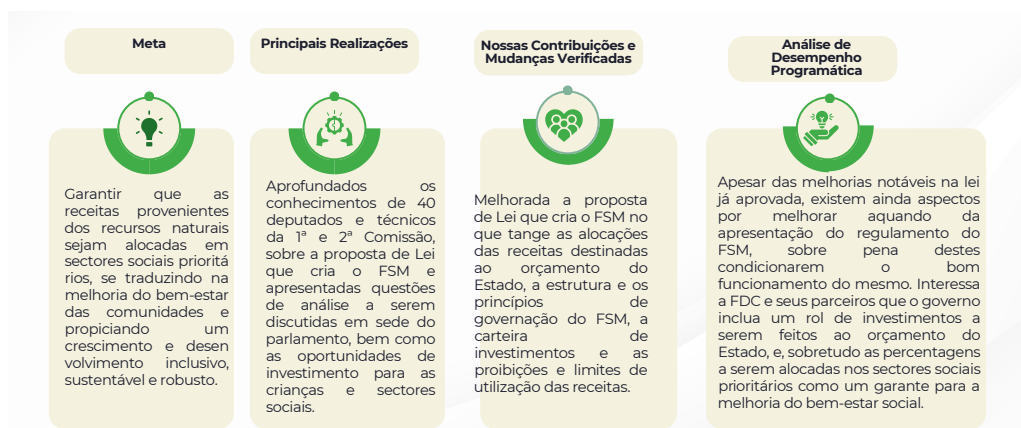
Com vista a dar seguimento ao interesse e participação activa da FDC na defesa pela melhoria da Gestão transparente de Finanças Públicas, a componente da dívida e dos investimentos em sectores sociais tomaram grande parte nas discussões com os tomadores de decisão, seja por via de seus programas, assim como através do uso efectivo das sinergias geradas pelas redes de advocacia.



■ Lei sobre o Fundo Soberano

No âmbito das actividades de pesquisa realizadas nas Áreas 1 e 4, Offshore do Bloco do Rovuma, foram descobertos enormes depósitos de petróleo e gás natural não associado, estimados em cerca de 180 triliões de pés cúbicos. Dos projectos elencados, destaca-se o Projecto Gás Natural Liquefeito Coral Sul FLNG que iniciou a sua produção de gás natural no último trimestre de 2022. Para além da geração de oportunidades significativas para o desenvolvimento de empresas nacionais, a exploração de gás gerou lucros directos ao Estado em mais de 30 milhões de Dólares Americanos em 2022, prevendo-se uma média anual de 740 milhões durante a vida do Projecto (2047). Foi neste contexto que, em Dezembro de 2023, aprovou-se o Fundo Soberano com objectivo único de maximizar os ganhos provenientes da exploração e desenvolvimento dos recursos naturais não renováveis.

Apesar do longo tempo de debates, a Lei que foi aprovada ainda apresenta aspectos críticos que podem comprometer a sua eficiência e controverter as intenções da criação do FSM.

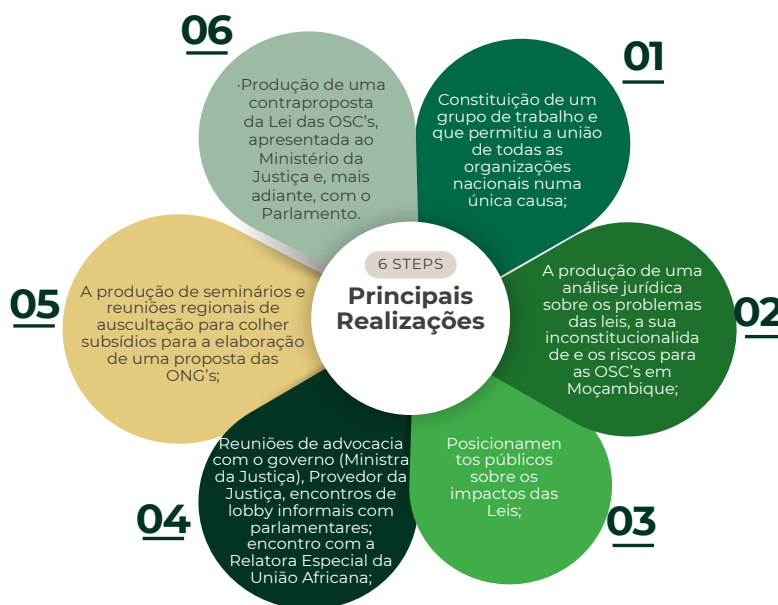


■ Lei sobre Organizações sem Fins-Lucrativos

Os últimos relatórios da “The Economist Intelligence Unit”, da Civicus Reporter Sem Fronteiras mostram como Moçambique tem vindo a se tornar um Estado “autoritário”, embora com instituições democráticas formais. Sob ponto de vista de práticas e de cultura política, o país tem vindo a resvalar para regimes autoritários e com violações dos direitos humanos e ataques contra as liberdades de expressão e de imprensa. Existe um esforço da sociedade civil desde 2008 de rever a lei 8/91 para garantir um quadro legal mais consentâneo com o crescimento e diversidade das organizações da sociedade civil que culminou com uma proposta depositada em 2017 ao Parlamento que não foi aprovada por não responder aos anseios das ONGs. Este debate foi totalmente ignorado na proposta do Governo. Este debate foi abordado no contexto de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, onde Moçambique está sob pressão em adoptar e implementar as 40 recomendações do FAFT-GAFI (Financial Action Task Force), entanto que membro da ESAAMLG (The Eastern and Southern Africa Anti-Money Laundering Group). Uma das recomendações é a revisão da lei das associações e outros dispositivos que regulam o terceiro sector.

■ Meta

Garantir que a revisão da Lei sobre Organizações sem fins-lucrativos tome em conta as preocupações da sociedade civil e inclua as recomendações emergentes dos debates e conclusões apresentadas ao Governo em 2017:





■ Nossas contribuições e mudanças verificadas



■ PILAR III - DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

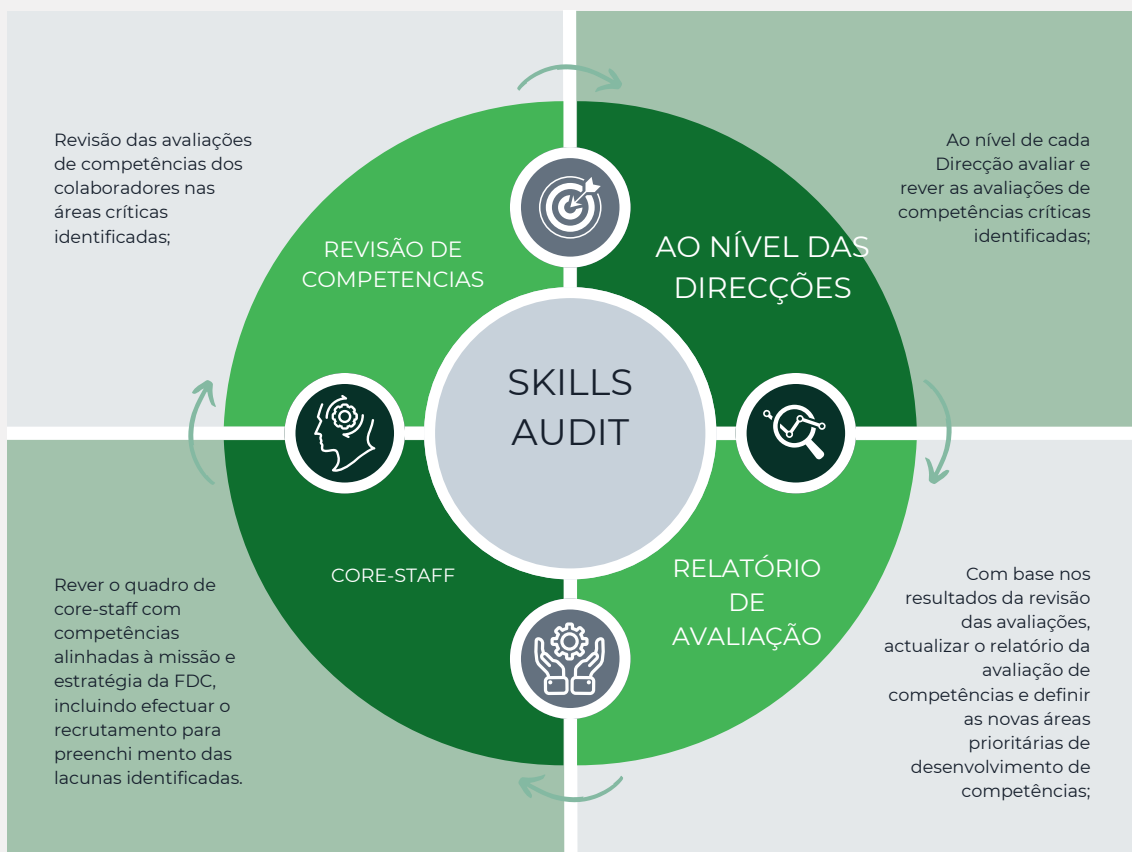
Durante a sua existência, a FDC criou e desenvolveu um conjunto de recursos tangíveis e intangíveis que lhe permitem posicionar-se como uma organização de referência na área de desenvolvimento comunitário. Para efeitos de análise estes são agrupados através da caracterização dos seus principais recursos, nomeadamente, a reputação e credibilidade, recursos humanos, recursos materiais e tecnológicos, recursos financeiros e recursos organizacionais. Com efeito, neste pilar a FDC definiu como objectivo “consolidar a FDC como uma organização de referência na área de desenvolvimento comunitário com políticas e sistemas que garantam a maior sustentabilidade organizacional para o cumprimento da sua missão”. As principais intervenções e resultados verificados neste pilar foram:

■ “SKILLS AUDIT”, “GENDER AUDIT” E POLÍTICA DE GÉNERO

A FDC programou para 2023 e desenvolveu uma introspecção para aferir a diversidade de aptidões alojadas no seu pessoal (skills audit) para melhor articulação do seu core-business e, igualmente, para aprofundar o entendimento das dinâmicas relacionais no contexto laboral entre os seus trabalhadores, investindo para tanto numa auditoria de género com vista a elaboração de uma política de género para o seu local laboral.

■ “Skills Audit”

O skills audit consistiu de um exercício criterioso, faseado e longo, de levantamento, descrição e apuramento em quatro dimensões – conhecimentos, habilidades, atitudes e valores – das valências que cada colaborador reúne no seio da organização. Igualmente, buscou entender até que ponto a FDC tem no seu pessoal as qualificações e valências necessárias para cumprir o seu mandato e como tais valências estão posicionadas. Tratou-se de um exercício que oferece a organização bases sólidas para repensar a sua estrutura funcional, bem como uma base sólida de diagnóstico de necessidades de formação para as posições nucleares. Em linhas gerais, o exercício produziu as seguintes considerações:



■ Auditoria de Género e Política de Género

A auditoria de género passou revista ao enquadramento da mulher vis a vis do homem no quadro orgânico e funcional da FDC, incluindo a natureza de relações laborais praticadas e o investimento para a constituição de uma equipa una, fluida, convergente nos propósitos, missão, visão e valores da FDC, assim como dos dispositivos normativos que zelam por este conjunto de práticas, padrões de conduta e modos de ser e estar que acabam caracterizando a cultura organizacional da Fundação.



As constatações vertidas no documento resultante deste exercício chamam atenção para a necessidade de aprimoramento de práticas e relações profissionais entre colaboradores e seu alinhamento com os valores da FDC. Igualmente, chamaram atenção para a necessidade de, por um lado, a Fundação estruturar e pôr em prática um conjunto de políticas no seio laboral – entre elas a Política de Denúncia e Protecção de Denunciantes e a Política Anti-discriminação e Anti-assédio, incluindo a criação de um quadro funcional para a implementação das mesmas.





■ PILAR IV – GERAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Desde o seu estabelecimento, a Fundação tem conseguido recursos para financiar os seus programas comunitários.

No seu plano estratégico 2016-2024, a FDC reconhece o desafio de garantir a sustentabilidade, aumentando competências na componente de investimentos e rentabilização do património, permitindo deste modo o seu crescimento sustentável.

Nos recursos em carteira, excluindo os mobilizados externamente, a FDC tem investido parte dos activos para financiar e potenciar iniciativas comunitárias de desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações constantes do seu “core business”. O estabelecimento e a contribuição do Centro de Formação Profissional de Vilankulo é parte desse investimento. A mesma aposta e abordagem traduz-se no fomento de programas como “Barriga Saudável”, “+ Água” e “Habitação Condigna”, que corporizam parte das realizações da componente de desenvolvimento comunitário desta Fundação.



■ RELATÓRIO FINANCEIRO

Descrição	Orçamento Aprovado	Recebimento / Execução	Variação	% de execução orçamental
Saldo inicial_01.01.2023	-	16,611,777	16,611,777	
Fundos Consignados	63,614,918	51,184,164	(12,430,754)	80%
Fundos Próprios	2,196,776	2,112,270	(84,506)	96%
	65,811,695	69,908,212	4,096,517	106%
Despesas dos Projectos	63,614,918	51,184,164	12,430,754	80%
Despesas Directas do Património	395,794	1,344,626	(948,832)	340%
Funcionamento (Estrutura fixa e custos administrativos)	1,449,507	1,312,069	137,438	91%
Imprevistos/novos investimentos	329,516	329,516	-	100%
Total das despesas	65,789,736	54,170,376	11,619,360	82%
% de execução Financeira			77%	

BALANÇO DO PLANO ANUAL

A avaliar pelo volume de actividades acima projectadas, o ano mostrou-se cheio de realizações. No desenvolvimento comunitário, a nossa abordagem estratégica tridimensional assente na actuação em zonas áridas, semiáridas e propensas às cheias dá-nos o incentivo de estarmos a interpretar os desafios do país e das suas gentes nas suas multifacetadas características físicas, agro-ecológicas e ambientais, permitindo-nos uma abordagem de desenvolvimento informada e assente nas preocupações cotidianas dos grupos mais vulneráveis. Alinhados com a agenda ambiental global no trânsito do carbono a energias limpas, intensificamos acções para a expansão da electrificação rural impactando 1.5 milhões de pessoas com sistemas solares domésticos e fogões melhorados, incluindo 209 centros de saúde electrificados. No quadro da implementação do Programa Viva+, assinalamos registos de notas de encorajamento do Fundo Global que, analisando o quadro de indicadores alcançados, sobretudo em domínios que impactam a prevenção e redução de novas infecções (Primeiro 95 – indivíduos alcançados e que conhecem o seu seroestado), bem como o nível de execução orçamental sustentou estarmos em bom caminho para ajudar a que no ano 2030 realizemos o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável número 3. Nesse encorajamento ficou ainda registada a preocupação em acções que alcancem adolescen-





tes, jovens raparigas, incluindo as trabalhadoras de sexo e os homens que fazem sexo com homens, grupos estes que no contexto das adversidades de ordem social que enfrentam (estigma e discriminação) a montante e jusante da provisão de serviços tem observado um crescimento lento quer em termos de novos alcances quer ainda em adesão ao aconselhamento e testagem em saúde. Não menos importante, a nossa actuação ao encontro das preocupações da mulher e da rapariga nos domínios de saúde sexual e reprodutiva e direitos, incluindo em prevenção e combate às uniões prematuras continuou a conhecer progressos assinaláveis. Foi nessa perspectiva que traduzimos, editamos e disseminamos mais de 3,000 cópias da Lei contra as Uniões Prematuras, que tem servido de referencial para ajudar nas diligências de denúncia e combate a este mal e com o apoio das lideranças comunitárias. Neste domínio, digno de registo é o trabalho com a Magistratura, quer em treinamentos e divulgação da Lei de Prevenção e Combate às Uniões prematuras, quer ainda no tratamento litigioso de casos decorrentes da violação daquele dispositivo nas comunidades que mostrou assinaláveis progressos ao contribuir na resolução de 4,097 casos dos 7,202 encamiñados. O recrudescimento da emergência em Cabo Delgado que afectou mais de 1,000,000 pessoas, a maioria das quais mulheres e crianças, mobilizou diversos actores de desenvolvimento e de assistência humanitária que se desdobraram em providenciar apoios aos deslocados internos e às famílias anfitriãs. O conjunto de acções desenvolvidas pela FDC, quer para a protecção e apoio psicossocial às crianças, quer ainda para o estancamento da violência baseada no género que se tem mostrado generalizado, contribuiu sobremaneira para que a Província se tornasse um verdadeiro centro de acções integradas da FDC. Ao nível da Província de Cabo Delgado, a FDC implementa praticamente todas suas abordagens, no sentido mais integrado de desenvolvimento comunitário.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reportadas as actividades e traduzidas em balanço de realizações na narrativa que o relatório de progresso oferece, fechamos o ano de 2023 com sentido de missão cumprida, por um lado e, por outro, com lições na bagagem, algumas das quais se traduzem no início do conhecimento por dentro de quem somos, como nos posicionamos e nos relacionamos nas nossas dinâmicas laborais e com quem pretendemos contar na nossa marcha com vista à realização da nossa missão e contínua busca da visão que nos encandeia.

Em 2024 embrenhar-nos-emos no repensar e adequação da nossa estrutura orgânica e funcional, buscando responder aos desafios que a acelerada evolução de fenómenos sociais à nossa volta nos impõe, mas igualmente dando sentido aos exercícios que levamos a efeito no ano de 2023, com destaque para os skills audit e para a auditoria de género. De igual modo, e porque temos o nosso actual plano estratégico já nos derradeiros momentos da curva do fim, iniciaremos discussões que culminarão com o direccionamento estratégico que deverá guiar-nos nos anos por vir. Um direccionamento estratégico que se deverá imbuir de audácia e, de forma inteligente, poder absorver e enquadrar no nosso modus operandi a problemática das mudanças climáticas que condicionarão a vida das comunidades que servimos, por um lado e, por outro, os fenómenos políticos e económicos no nosso seio e no contexto global que, certamente, influenciarão o investimento para o combate à pobreza e criação de riqueza nas nossas comunidades.

Em 2024, celebraremos os 30 anos da Fundação, numa efeméride que fará revista aos diferentes momentos de crescimento organizacional, e que em relance histórico revisitará as sementes que tornaram a árvore simbólica da FDC, o seu Himbe, mais frondosa e com raízes cada vez mais assentes no solo pátrio onde se encontra (im)plantada, bem como os seus frutos suculentos.

PARCEIROS EM 2023



BILL & MELINDA
GATES foundation



GRAÇA MACHEL TRUST

Canada

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



Sweden
Sverige



unicef



 fdc

 fdc_moz

 @fdc_moz

 fdc Moçambique